



69ª Assembleia Geral Ordinária

Proposta da Administração

Sumário Executivo

| | |
|--|----|
| 1. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária para o dia 28 de março de 2022 | 03 |
| 2. Parecer do Conselho Fiscal sobre a remuneração dos administradores | 06 |
| 3. Informação sobre a Remuneração dos Administradores..... | 07 |
| 4. Proposta aos acionistas sobre a remuneração dos Administradores do Banco, dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital | 23 |
| 5. Proposta aos acionistas sobre a fixação dos valores a serem alocados ao FUNDECI e ao FDR..... | 24 |
| 6. Parecer do Conselho Fiscal sobre distribuição de Juros sobre Capital Próprio | 25 |
| 7. Informações aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2021, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Dividendos sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) | 26 |
| 8. Proposta aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2021, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio | 32 |
| 9. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho de Administração | 35 |
| 10. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da companhia | 39 |

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 07.237.373/0001-20 NIRE: 23300006178

São convidados os Senhores Acionistas do Banco do Nordeste do Brasil S.A. a participarem, em primeira convocação, da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no Auditório do Gabinete da Presidência de sua sede, na Av. Dr. Silas Munguba, nº 5.700 - Passaré, CEP 60.743-902, Fortaleza-CE, no dia 28 de março de 2022, às 10 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente e resumo do relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social findo em 31/12/2021; **(2)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2021, constituição de reserva legal e estatutária e distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio; **(3)** eleger membros do Conselho de Administração; **(4)** fixar a remuneração dos membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos e de Capital; **(5)** fixar valores a serem alocados ao FUNDECI e ao FDR.

Instruções gerais:

1. A despeito da possibilidade de participação via Plataforma Digital, o Banco do Nordeste recomenda aos acionistas a adoção do Boletim de Voto a Distância;
2. Em decorrência da pandemia de Covid-19, conforme autorizado pela Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, e pela instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, além da possibilidade de participação presencial e de voto à distância por meio da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco do Nordeste também disponibilizará plataforma digital para que os acionistas, remota e simultaneamente, possam acompanhar a Assembleia Geral e exercer seu direito de voto.
3. Visando à segurança de todos e em atenção às medidas restritivas das autoridades sanitárias e governamentais, recomenda-se aos acionistas que exerçam seu direito de voto, preferencialmente, por meio das alternativas de participação a distância ou remota, a fim de se evitar a circulação e aglomeração de pessoas.
4. Para participar e deliberar na Assembleia Geral, os acionistas devem observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas abaixo:
 - a) excepcionalmente para a Assembleia ora convocada, será dispensado o depósito do instrumento de mandato, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6404/76 e alterações posteriores, na sede do Banco do Nordeste. Os instrumentos de procuração, os documentos de identificação e de posição acionária serão recebidos por meio do endereço eletrônico

votoadistancia@bnb.gov.br em até 48 horas úteis antes da realização da Assembleia, ou seja, até às 10 horas do dia 24.03.2022;

b) a participação presencial ou remota, por meio da Plataforma Digital, ocorrerá mediante credenciamento prévio realizado até às 10 horas do dia 24.03.2022;

c) o envio de boletins de voto a distância por meio da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio. Para participação na modalidade de voto a distância, o preenchimento e envio do boletim deverá ser realizado até o dia 22.03.2022 (inclusive): I) aos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou II) ao escriturador das ações da Companhia ou, ainda, III) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância;

d) para participação presencial ou remota, por meio de Plataforma Digital, enviar solicitação de credenciamento à Companhia, para o endereço eletrônico votoadistancia@bnb.gov.br, com antecedência mínima de 48 horas úteis da realização da Assembleia Geral, ou seja, até às 10 horas do dia 24.03.2022. A solicitação deverá ser acompanhada dos documentos para participação. O acesso à Assembleia Geral será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem até às 10 horas do dia 24.03.2022;

e) os acionistas, seus representantes ou procuradores, que optarem pela participação presencial deverão fazer uso obrigatório de máscara protetora (o uso de escudo facial não dispensa o uso da máscara), apresentar documento hábil de identidade e, no caso de titulares de ações escriturais ou em custódia, comprovante expedido pela instituição financeira depositária. O Banco do Nordeste ressalta que a opção de participação remota está sendo oferecida como alternativa à participação presencial;

f) excepcionalmente para a Assembleia ora convocada, não será necessário o reconhecimento de firma nas procurações outorgadas pelos acionistas aos seus representantes, assim como será dispensada a autenticação dos documentos que acompanharem o boletim de voto a distância. As procurações outorgadas na forma eletrônica pelos acionistas aos seus representantes deverão utilizar certificados emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;

g) A Proposta a ser apreciada está disponível na página da Internet, aba Acionistas e Investidores, Assembleias e Reuniões de Conselho, 2022, link (<https://www.bnb.gov.br/assembleias-e-reunioes-de-conselho>) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores;

5. Os acionistas minoritários poderão encaminhar previamente à data da realização da Assembleia, por meio eletrônico, através do e-mail corel@bnb.gov.br, os nomes dos membros indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal, como seus representantes, juntamente com os formulários padronizados constantes no *link*

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/publicacoes-empresas-estatais>, devidamente preenchidos e assinados, bem como a respectiva documentação comprobatória das informações, para fins de verificação do atendimento das condições e requisitos previstos na forma da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do Banco do Nordeste do Brasil. Será rejeitado o formulário que não estiver acompanhado dos documentos comprobatórios, conforme estabelece o §2º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. O indicado também deverá apresentar declaração de que não incorre em nenhuma hipótese de vedação, nos termos do formulário padronizado, conforme dispõe o

§3º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Caso não sejam submetidos antecipadamente ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, referidos formulários e documentos serão verificados pela secretaria da Assembleia no momento da eleição, nos termos do Artigo 22, § 4º, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Conforme dispõe o *caput* do art. 30 do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, os requisitos e as vedações para administradores e Conselheiros Fiscais são de aplicação imediata e devem ser observados nas nomeações e nas eleições.

6. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos acionistas na sede do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no Ambiente de Mercado de Capitais, Bloco D2 superior, onde poderão ser consultados em dias úteis, no horário das 10:00 às 14:00 horas, mediante prévio agendamento devido à situação emergencial da pandemia COVID 19.

7. Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos junto ao Ambiente de Mercado de Capitais, por meio dos telefones (85) 3299-5464 ou (85) 3251-5362.

Fortaleza/CE, 22 de fevereiro de 2022.

SAUMÍNEO DA SILVA NASCIMENTO

Presidente do Conselho de Administração



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE A
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E
CONSELHEIROS

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, manifesta-se favoravelmente à conformidade dos valores referentes à remuneração dos administradores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital da instituição, realizados no período de abril de 2021 a janeiro de 2022 e previstos de fevereiro a março de 2022, no montante total de **R\$ 10.333.683,46** (dez milhões, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos), em comparação com o limite global da remuneração aprovada pela 68ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 31/03/2021, fixada em R\$ 13.921.293,73 (treze milhões, novecentos e vinte e um mil, duzentos e noventa e três reais e setenta e três centavos).

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022.

CONSELHO FISCAL

Fabiano de Figueiredo Araújo
Presidente

Fernanda Peixoto Souto
Conselheiro

Luiz Alberto da Silva Júnior
Conselheiro

INFORMAÇÕES – ANEXO 24, Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009.

ITEM 13 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:

Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos²³

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Remunerar adequadamente os administradores, de forma compatível com o seu mercado e com as disponibilidades da empresa, observando os limites fixados pelo Órgão controlador, por se tratar de empresa de economia mista com controle acionário do Governo Federal.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Existem cinco colegiados estatutários, responsáveis pela administração, fiscalização e assessoramento da empresa, remunerados na forma a seguir:

DIRETORIA EXECUTIVA (Presidente e Diretores):

- Honorários – verba representativa da remuneração mensal fixa destinada aos membros da Diretoria Executiva;*
- Adicional de Férias – destina a atender o teor do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;*
- Gratificação de Natal - equivalente ao 13º salário e corresponde a um honorário mensal;*
- Auxílio Alimentação – benefício destinada ao subsídio a alimentar;*
- Seguro de Vida – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente na apólice de seguro de vida em grupo substabelecida pela empresa para todos os empregados;*
- Assistência Médica e Previdenciária – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente em plano de assistência médica ou de previdência mantido pela empresa, ou ainda, outro plano a qual o dirigente seja optante;*
- Auxílio Moradia – verba destinada ao ressarcimento de aluguel de imóvel residencial para os dirigentes não proprietários de imóveis no município sede da empresa.*
- Remuneração Variável Anual (RVA) – programa de remuneração que tem como objetivo reconhecer o desempenho dos dirigentes no alcance dos resultados da instituição. A remuneração variável é prevista em regulamento próprio e está sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, com pagamento exclusivamente à diretoria estatutária.*
- INSS – contribuição patronal para a Previdência Social.*
- FGTS – contribuição patronal para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recolhida em conta vinculada em favor do dirigente.*

²³ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

- Remuneração por impedimento (Quarentena) - pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, dependente de aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR;
- Auxílio Transferência - corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, para os membros da Diretoria Executiva que antes de iniciarem seus mandatos residam fora da sede do Banco e para lá retornem ao final deste, conforme assegurado na Lei 8.112/90 – art. 53, parágrafo 1º.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL:

- Honorários – remuneração fixa mensal, destinada a remunerar os membros do colegiado.

COMITÊ DE AUDITORIA:

- Honorários – remuneração fixa mensal, destinada a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração;

COMITÊ DE RISCO E DE CAPITAL:

- Honorários – remuneração fixa mensal, destinada a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração; e

COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO:

- O Estatuto da empresa prevê a remuneração de membros deste Comitê somente quando se tratar de membro externo, não pertencente a nenhum outro colegiado da instituição.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Proporção de cada parcela na remuneração total por órgão.

| Remuneração | Proporção (%) |
|---|----------------------|
| DIRETORIA EXECUTIVA (I) | 100,00 |
| remuneração fixa | 70,90 |
| Honorários | 45,92 |
| Gratificação Natalina | 3,79 |
| Adicional de Férias | 1,02 |
| Abono Pecuniário de Férias | 1,95 |
| Auxílio Alimentação | 1,06 |
| Seguro de Vida | 0,08 |
| Auxílio Moradia | 0,75 |
| INSS | 12,05 |
| FGTS | 4,28 |
| remuneração variável | 22,78 |
| Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual -RVA) | 22,78 |
| benefícios pós-emprego | 4,10 |
| Caixa Médica e de Previdência | 4,10 |
| benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | 2,23 |
| Quarentena | 0,00 |
| Auxílio Transferência | 2,23 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II) | 100,00 |
| Honorários | 100,00 |
| CONSELHO FISCAL (III) | 100,00 |
| Honorários | 100,00 |

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é definido anualmente, por proposta do Órgão controlador, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para vigor de abril do ano corrente a março do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global. Abaixo, a descrição da metodologia de cálculo e de reajuste de cada elemento da remuneração.

- *Honorários – definida anualmente, a partir de proposta do Órgão controlador da empresa em voto do seu representante na Assembleia Geral.*
- *Adicional de Férias – acréscimo de um terço ao valor dos honorários devidos quando das férias remuneradas dos diretores..*
- *Auxílio Alimentação – valor fixado pelo Órgão controlador, anualmente.*
- *Seguro de Vida – 50% (cinquenta por cento) do prêmio total, calculado atuarialmente.*
- *Assistência Médica e Previdenciária – no caso da assistência médica, o valor a ser reembolsado está limitado a 50% do valor mensal do plano com o titular e respectivos dependentes ou ao valor do benefício aprovado anualmente pela Assembleia Geral (2,5% do valor dos honorários), o que for menor. Para a previdência, podem ser ressarcidos 50% (cinquenta por cento) da contribuição vertida pelo dirigente ao plano a que esteja associado, fora da empresa, ou ao plano de previdência patrocinado pelo Banco aprovado em 26/03/2010 pela PREVIC.*
- *Auxílio Moradia – ressarcimento do valor do aluguel, limitado ao valor do benefício definido na Assembleia Geral de Acionistas.*
- *Remuneração Variável Anual (RVA) – O valor é definido pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, a cada ano. A distribuição obedece ao alcance de metas corporativas (definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício), individuais e por diretoria específica, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador. Os indicadores e as metas do ano de 2021, que balizam a distribuição, estão registrados no Item 13.1 “c”*
- *INSS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), com base na aplicação de percentuais definidos na Lei 8.213.*
- *FGTS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), à base de 8%, conforme art. 16 da Lei 8.036, de 11/05/1990.*
- *Remuneração por impedimento (quarentena) – pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, por até 6 meses, conforme Lei 12.813, de 16/05/2013.*
- *Auxílio Transferência – corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, igual a duas vezes o valor dos Honorários.*

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal tem sua composição definida pelo órgão controlador que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital é definida no Estatuto Social da empresa e no regimento interno desse comitê. No caso do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, somente deve ocorrer quando se tratar de membro externo, não pertencente a nenhum outro colegiado da instituição.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital é de responsabilidade do emissor, definida no Estatuto Social da empresa. Para os membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração não é devida remuneração adicional.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há programa de remuneração baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial, para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual- RVA, a depender do alcance de metas por indicadores. O programa de 2021, para distribuição em 2022, prevê 3 níveis de avaliação, a saber:

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL (Peso 0,05):

Presidente: avaliado pelo Conselho de Administração; e

Demais Diretores: avaliados pelo Presidente.

AVALIAÇÃO DAS DIRETORIAS ESPECÍFICAS

| DIRETORIA ESPECÍFICA | INDICADORES | MEDIDA | META | PESO |
|-----------------------------------|--|---------------|---------------|-------------|
| Presidência | Condução Institucional (CI) | % | 100 | 0,10 |
| Diretoria de Administração | Índice de Conclusão do Processamento Noturno - ICPN | % | 96 | 0,10 |
| Diretoria de Planejamento | Cumprimento da Programação FNE (FNE- Prog) | % | 87,1 | 0,10 |
| Diretoria de Ativos de Terceiros | Fundos de Investimentos (FI) | R\$ mil | 6.210.000,00 | 0,10 |
| Diretoria de Controle e Risco | Índice de Cobertura de Inadimplência (ICI) | % | 180 | 0,10 |
| Diretoria Financeira e de Crédito | Regularização de Dívidas (RD) | R\$ mil | 2.500.000,00 | 0,10 |
| Diretoria de Negócios | Contratação de FNE – Agricultura Familiar, MPE, MPPR e Pequeno-Médio (FNE- AgF/MPMe) | R\$ mil | 12.570.000,00 | 0,10 |

AVALIAÇÃO CORPORATIVA

| INDICADORES | MEDIDA | META | PESO |
|--|---------------|-------------|-------------|
| Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (IRPL) | % | 25,04 | 0,12 |
| Índice de Eficiência (IEf) | % | 79,78 | 0,12 |
| Qualidade do Crédito (QC) | % | 90,50 | 0,12 |
| Contratações Totais do FNE (FNE) | % | 100,00 | 0,12 |
| CrediAmigo (CRMG) | % | 100,30 | 0,12 |
| Conformidade dos produtos certificados - BNB (CPC) | % | 96,50 | 0,10 |
| Avaliação da Diretoria Colegiada pelo Conselho de Administração (CGPAR) (AC) | Nota | 8,65 | 0,05 |
| Índice de Conformidade SEST (IC) | Pontos | 482 | 0,10 |

Os indicadores de desempenho acima receberão, cada um, uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação será atribuída em conformidade com a tabela abaixo. Será atribuída uma pontuação a cada indicador, correspondente ao percentual de alcance da meta, aplicado a partir de 80% até o máximo de 120%, mesmo que ultrapassado esse limite. Abaixo de 80% de alcance da meta não haverá pontuação.

CÁLCULO DO VALOR INDIVIDUAL DA RVA

O valor individual da RVA será dado pela seguinte formulação:

Total $\sum (F_{pi} \times P_i) \times H$, em que:

- "i" denota o indicador respectivo;
- "Pi" corresponde ao peso atribuído ao indicador; e
- "Fpi" é o Fator de Pagamento associado ao percentual de cumprimento das metas de cada indicador conforme Tabela I e Tabela II
- "H" corresponde ao número de honorários aprovados pela SEST para o ano base

Complementarmente ao Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), acima descrito, será permitido pagamento de parcela adicional pela extrapolação média das metas, correspondente a até 50% do limite máximo da RVA, desde que alcançada, pelo menos, 95% das metas de todos os indicadores e medido na forma das tabelas abaixo:

| Cumprimento de cada meta | Fator de Pagamento (Fpi) |
|--------------------------|--------------------------|
| >120% | 150% |
| <120% e \geq 110% | 120% |
| <110% e \geq 105% | 110% |
| <105% e \geq 104% | 105% |
| <104% e \geq 103% | 104% |
| <103% e \geq 102% | 103% |
| <102% e \geq 101% | 102% |
| <101% e \geq 100% | 101% |
| <100% e \geq 99% | 99% |
| <99% e \geq 98% | 98% |
| <98% e \geq 97% | 97% |
| <97% e \geq 96% | 96% |
| <96% e \geq 95% | 95% |
| <95% e \geq 90% | 75% |
| <90% e \geq 80% | 50% |
| <80% | - |

| Cumprimento de cada meta | Fator de Pagamento (Fpi) |
|--------------------------|--------------------------|
| >116% | 150% |
| \geq 114% e <116% | 130% |
| \geq 112% e <114% | 120% |
| \geq 108% e <112% | 115% |
| \geq 104% e <108% | 110% |
| \geq 100% e <104% | 100% |
| \geq 99% e < 100% | 99% |
| \geq 98% e < 99% | 98% |
| \geq 97% e < 98% | 97% |
| \geq 96% e < 97% | 96% |
| \geq 95% e < 96% | 95% |
| \geq 90% e < 95% | 85% |
| \geq 80% e < 90% | 75% |
| \geq 70% e < 80% | 50% |
| <70% | 0% |

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual (RVA), a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item 13.1.c acima.

Não há programa de remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital ou do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual (RVA), a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item 13.1.c acima.

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para a vinculação da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital ou do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração a objetivos de curto, médio ou longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital ou do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁴:

a. órgão

b. número de membros

c. número de membros remunerados

d. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões e comissões

²⁴ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- outros
- iii. benefícios pós-emprego
- iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
- v. remuneração baseada em ações²⁵
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária²⁶ e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²⁷

Quadro da Remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, período de 2019 a 2021 (Realizado) e 2019 a 2022 (orçado).

Valores em R\$ 1,00

| Remuneração | Realizado | Orçado | Realizado | Orçado | Realizado | Orçado | Orçado |
|--|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2019 | 2020 | 2020 | 2021 | 2021 | 2022 |
| DIRETORIA (I) | 6.037.096 | 10.565.662 | 7.784.685 | 11.367.593 | 7.358.847 | 10.648.092 | 11.789.692 |
| i. remuneração fixa | 4.456.312 | 5.324.821 | 5.448.036 | 5.324.821 | 5.217.218 | 5.349.526 | 5.347.863 |
| <i>Honorários</i> | 3.049.072 | 3.507.315 | 3.515.606 | 3.507.315 | 3.378.887 | 3.507.315 | 4.505.497 |
| <i>Gratificação Natalina</i> | 235.121 | 292.276 | 266.543 | 292.276 | 278.625 | 292.276 | 375.458 |
| <i>Adicional de Férias</i> | 178.364 | 97.425 | 318.307 | 97.425 | 218.732 | 97.425 | 125.153 |
| <i>Auxílio Alimentação</i> | 70.482 | 81.000 | 80.177 | 81.000 | 78.075 | 81.000 | 138.512 |
| <i>Seguro de Vida</i> | 4.418 | 7.015 | 4.186 | 7.015 | 6.138 | 7.015 | 9.011 |
| <i>Auxílio Moradia</i> | 34.213 | 151.200 | 45.745 | 151.200 | 54.896 | 151.200 | 194.232 |
| <i>INSS</i> | 652.605 | 876.829 | 898.135 | 876.829 | 886.622 | 895.054 | - |
| <i>FGTS</i> | 232.037 | 311.761 | 319.337 | 311.761 | 315.243 | 318.241 | - |
| ii. remuneração variável | 1.237.711 | 1.767.137 | 1.633.080 | 2.569.067 | 1.676.152 | 1.824.862 | 1.979.509 |
| <i>Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual -RVA)</i> | 1.237.711 | 1.767.137 | 1.633.080 | 2.569.067 | 1.676.152 | 1.824.862 | 1.979.509 |
| iii. benefícios pós-emprego | 261.164 | 550.941 | 294.028 | 550.941 | 301.660 | 550.941 | 707.739 |
| <i>Caixa Médica e de Previdência</i> | 261.164 | 550.941 | 294.028 | 550.941 | 301.660 | 550.941 | 707.739 |
| iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | 81.908 | 2.922.763 | 409.542 | 2.922.763 | 163.817 | 2.922.763 | 3.754.581 |
| <i>Quarentena</i> | 0 | 1.753.658 | 0 | 1.753.658 | 0 | 1.753.658 | 2.252.749 |
| <i>Auxílio Transferência</i> | 81.908 | 1.169.105 | 409.542 | 1.169.105 | 163.817 | 1.169.105 | 1.501.832 |
| Número de Membros | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 |
| Número de Membros remunerados | 6,25 | 7 | 7,5 | 7 | 6,92 | 7 | 7 |

²⁵ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

²⁶ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

²⁷ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

| | | | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II) | 321.649 | 495.847 | 348.050 | 495.847 | 342.993 | 495.847 | 488.096 |
| i. remuneração fixa | 321.649 | 495.847 | 348.050 | 495.847 | 342.993 | 495.847 | 488.096 |
| <i>Honorários</i> | 321.649 | 495.847 | 348.050 | 495.847 | 342.993 | 495.847 | 488.096 |
| Número de Membros | 7 | 6 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 |
| Número de Membros remunerados | 5,33 | 6 | 5,17 | 7 | 5,33 | 7 | 7 |
| CONSELHO FISCAL (III) | 295.825 | 332.464 | 295.825 | 332.464 | 205.246 | 199.479 | 209.184 |
| i. remuneração fixa | 295.825 | 332.464 | 295.825 | 332.464 | 205.246 | 199.479 | 209.184 |
| <i>Honorários</i> | 295.825 | 332.464 | 295.825 | 332.464 | 205.246 | 199.479 | 209.184 |
| Número de Membros | 5 | 5 | 5 | 5 | 3 | 3 | 3 |
| Número de Membros remunerados | 5,17 | 5 | 5 | 5 | 3,5 | 3 | 3 |
| TOTAL GERAL (I + II + III) | 6.654.570 | 11.393.973 | 8.428.560 | 12.195.903 | 7.907.086 | 11.343.418 | 12.486.972 |

OBS: 1. Os valores computados no quadro acima, referentes ao realizado dos anos de 2019 a 2021 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, incluindo membros substituídos durante o exercício, e ao orçado aprovado nas respectivas AGO.

2. Os valores de 2022 se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores que contempla a previsão orçamentária para a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, para o período de abril a março do ano seguinte, a ser submetido à 69ª AGO, em março/2022. A remuneração do Conselho Fiscal, incluída acima apenas para acompanhamento, não integra o montante informado naquele documento.

3. A quantidade de membros informada é a definida no estatuto para cada colegiado;

4. A quantidade de membros remunerada foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

5. A remuneração durante o período de impedimento (quarentena) de que trata o item 13.12 é paga apenas em caso de término do mandato de diretor e o auxílio transferência é pago apenas no de início ou fim de mandato de diretor, caso resida fora da sede do Banco.

6. A rubrica Adicional de Férias comporta os valores relacionados à remuneração adicional de férias (1/3 constitucional) adicionado ao valor da indenização do saldo de férias existente quando da exoneração de membro da Diretoria executiva.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁸:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

²⁸ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e) em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista em regulamento próprio, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à Diretoria Executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, conforme explicado no item 13.1."c". Não há previsão de bônus para administradores. O valor distribuído é reconhecido no resultado da própria empresa.

| <i>Remuneração</i> | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| DIRETORIA EXECUTIVA | 1.396.092,27 | 1.633.079,75 | 1.676.152,06 | 1.979.508,97 |
| Bônus | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor máximo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor mínimo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor vinculado a metas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor reconhecido no resultado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos Lucros ou Resultados (RVA) | 1.396.092,27 | 1.633.079,75 | 1.676.152,06 | 1.979.508,97 |
| - Valor máximo previsto | 1.396.092,27 | 1.633.079,75 | 1.676.152,06 | 1.979.508,97 |
| - Valor mínimo previsto | | | | |
| - Valor vinculado a metas | 1.396.092,27 | 1.633.079,75 | 1.676.152,06 | 1.979.508,97 |
| - Valor reconhecido no resultado | 1.396.092,27 | 1.633.079,75 | 1.676.152,06 | 1.979.508,97 |
| Número de Membros | 7 | 7 | 7 | 7 |
| Número de Membros Remunerados | 9 | 19 | 19 | 7 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bônus | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor máximo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor mínimo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor vinculado a metas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor reconhecido no resultado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos Lucros ou Resultados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor máximo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor mínimo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor vinculado a metas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor reconhecido no resultado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Número de Membros | 6 | 7 | 7 | 7 |
| Número de Membros Remunerados | 0 | 0 | 0 | 0 |

| | | | | |
|--|---|---|---|---|
| CONSELHO FISCAL | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bônus | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor máximo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor mínimo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor vinculado a metas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor reconhecido no resultado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Participação nos Lucros ou Resultados | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor máximo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor mínimo previsto | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor vinculado a metas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| - Valor reconhecido no resultado | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Número de Membros | 5 | 5 | 3 | 3 |
| Número de Membros Remunerados | 0 | 0 | 0 | 0 |

Obs.: Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2019 a 2021 representam a remuneração efetivamente paga nos respectivos períodos, incluindo membros substituídos durante o exercício e ainda membros desligados em exercícios anteriores que fazem jus às parcelas diferidas da RVA. Os valores de 2022 se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores que contempla a previsão da RVA da Diretoria Executiva, para o período de abril a março do ano seguinte, a ser submetido à 69ª AGO, em março/2022

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo de exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista em regulamento próprio, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à Diretoria Executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador, conforme descrito no item 13."c"1, sendo 50% dessa remuneração atrelada a instrumento baseado em ações.

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração variável do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁹:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e) valor justo das opções na data de outorga
- f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações.

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³⁰:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício

²⁹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

³⁰ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações.

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e) em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) modelo de precificação

A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações. Em 2021 a parcela a pagar da RVA, atrelada a instrumento baseado em ações, foi convertida em quantidade de ações pelo valor patrimonial da ação do Banco no último dia do exercício a que se referia a RVA e revertida para reais no último dia útil do mês antecedente ao pagamento.

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão³¹

POSIÇÃO ACIONÁRIA DE CONSELHEIROS E DIRETORES – na forma da Instrução CVM 358, em 31/12/2010.

| <i>Órgão</i> | <i>Qtd. Ações ordinárias</i> | <i>Qtd. Ações Preferenciais</i> |
|----------------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| <i>Conselho de Administração</i> | <i>06</i> | <i>0</i> |
| <i>Conselho Fiscal</i> | <i>07</i> | <i>0</i> |
| <i>Diretoria Executiva</i> | <i>02</i> | <i>0</i> |

As ações detidas pelos conselheiros e Diretoria Executiva, demonstradas no quadro acima, não se originam de qualquer programa de remuneração baseada em ações.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados
- nome do plano
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- condições para se aposentar antecipadamente
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A empresa patrocina, desde 26/03/2010, plano de previdência ao qual os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva podem se associar.

³¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

O plano de previdência é em regime de contribuição variável e incorpora todos os institutos previstos na legislação previdenciária, inclusive a opção pelo resgate de contribuições, ao fim do mandato.

| | Diretoria Executiva | Conselho de Administração |
|---|--|----------------------------------|
| Número de membros | 7 | 7 |
| Número de Membros Remunerados | 7 | 0 |
| Nome do Plano | Plano CVI – Plano de Contribuições Variáveis, administrado pela CAPEF | - |
| Membros aptos a se aposentar | 0 | 0 |
| Condições para aposentadoria antecipada | Cumprir carência de 60 contribuições, cfe. alínea I, do art.3º da Lei Complementar 108, de 29/05/2001. | - |
| Valor acumulado de contribuições até o exercício | 2.492.812,80 | 0 |
| Valor contribuições 2021 descontada a contribuição paga pelos administradores | 221.446,39 | 0 |

Obs.: No Número de Membros Remunerados acima foram indicados os optantes pelo plano de previdência oferecido a todos os membros dos colegiados estatutários.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal³²:

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual
- valor médio de remuneração individual

Na tabela abaixo foram demonstrados os valores anuais para os itens pedidos. Os conselhos não têm diferença de remuneração entre seus membros.

| Remuneração | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------------|--------------|-------------|--------------|
| DIRETORIA EXECUTIVA (I) | | | |
| - maior remuneração individual | 1.107.062,84 | 758.347,23 | 1.011.920,88 |
| - menor remuneração individual | 734.481,75 | 758.347,23 | 856.717,45 |
| - remuneração média individual anual | 927.343,84 | 944.990,57 | 948.024,17 |
| Número de Membros | 7 | 7 | 7 |
| Número de Membros Remunerados | 6,25 | 7,5 | 6,92 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II) | | | |
| - maior remuneração individual | 70.835,04 | 70.835,04 | 70.835,04 |
| - menor remuneração individual | 54.279,84 | 54.279,84 | 70.835,04 |
| - remuneração média individual | 60.346,98 | 67.321,06 | 64.351,36 |

³² Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

| | | | |
|--------------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| <i>Número de Membros</i> | 6 | 7 | 7 |
| <i>Número de Membros Remunerados</i> | 5,33 | 5,17 | 5,33 |
| CONSELHO FISCAL (III) | | | |
| - maior remuneração individual | 66.492,72 | 66.492,72 | 54.279,84 |
| - menor remuneração individual | 54.279,84 | 54.279,84 | 54.279,84 |
| - remuneração média individual | 57.219,53 | 59.164,99 | 58.661,58 |
| <i>Número de Membros</i> | 5 | 5 | 3 |
| <i>Número de Membros Remunerados</i> | 5,17 | 5 | 3,5 |

- Observações: 1. O valor da menor remuneração exclui os membros que exerceram o mandato por menos de 12 meses.
2. O valor da maior remuneração considera todos os membros que exerceram o mandato no período.
3. A quantidade de membros remunerados foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

O estatuto da empresa assegura ao ex-diretor a percepção dos honorários do cargo que exercia na empresa, por seis meses, condicionado a não assumir qualquer cargo em empresas do mesmo ramo, concorrentes ou não, ou outras com a qual a empresa mantenha relações de negócios, observada a aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR. As despesas são de responsabilidade da empresa, reconhecidas no seu resultado.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Todas as despesas referidas no quadro do item 13.2 foram reconhecidas no resultado da empresa. No quadro abaixo segue a demonstração dos percentuais de remuneração dos representantes dos controladores em relação à remuneração total, por Órgão.

| ÓRGÃO | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| DIRETORIA EXECUTIVA (I) | - | - | |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II) | 46% | 16% | 37% |
| CONSELHO FISCAL (III) | 55% | 55% | 68% |

Observação: Não há membros da Diretoria Executiva que sejam partes relacionadas ao controlador.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a

função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nenhuma remuneração foi paga a qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função exercida nesses órgãos, a qualquer título.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Todas as despesas dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal foram reconhecidas no resultado da própria empresa, nada sendo repassado para reconhecimento no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

Senhores Acionistas,

O artigo 20 do Estatuto Social estabelece que compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores do Banco, dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Assim, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), propõe-se que seja fixada a remuneração global dos administradores do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), referente ao período de abril de 2022 a março de 2023, em R\$ 12.277.786,58 contemplando Diretoria Executiva e Conselho de Administração, definindo-se que para a Diretoria Executiva estão incluídos honorários mensais, gratificação de natal (13º salário), adicional de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, plano de saúde, previdência complementar, auxílio moradia, remuneração por impedimento (quarentena remunerada), auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA).

Em consonância com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, propõe-se, também, que seja fixado limite, para o período de abril/2022 a março/2023, para os dispêndios com a remuneração do Comitê de Auditoria, no total de R\$ 1.673.470,43, cabendo ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos seus membros, com a observância desse limite. Para o Comitê de Riscos e de Capital, previsto na Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, propõe-se a fixação do limite de R\$ 1.673.470,43.

Relativamente à remuneração dos membros do Conselho de Administração e membros efetivos do Conselho Fiscal, para o período acima, se propõe a fixação dos honorários mensais em um décimo do que, em média mensal, couber aos membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional de férias; auxílio alimentação; seguro de vida em grupo; plano de saúde; previdência complementar; auxílio moradia; remuneração por impedimento (quarentena remunerada); auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA). Ressalva-se que a remuneração somente é devida ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que este comparece a reuniões do Conselho, em conformidade com o que determina a Lei nº 9.292/96.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 24 de fevereiro de 2022.

DE ACORDO (Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração):

Visto:

José Ilo Rogério de Holanda
Coordenador



FIXAÇÃO DOS VALORES A SEREM ALOCADOS
AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E
DE INOVAÇÃO - FUNDECI E AO FUNDO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - FDR

Srs. Acionistas,

Consta da programação anual do Banco ação de apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) operacionalizados por meio dos recursos **Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI)**, principal instrumento da política de PD&I do Banco do Nordeste, e do **Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)**, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, qualificação técnica de profissionais da região e principalmente para o fomento à inovação, fortalecendo a base tecnológica da Região, visando identificar soluções de entraves dos setores produtivos, aumentando sua competitividade e, assim, reduzindo o risco financeiro das atividades financiadas pelo Banco.

Para o exercício de 2022, é proposta a alocação de novos recursos no valor de R\$ 15,0 milhões integralmente para o FUNDECI que somados ao saldo remanescente de exercícios anteriores, tanto do FUNDECI quanto do FDR, de R\$ 10,4 milhões, resultada num orçamento global de R\$ 25,4 milhões para aplicação no corrente exercício.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022

DE ACORDO

(Diretoria e Conselho de Administração):



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente à distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados ao dividendo mínimo, referentes ao exercício de 2021, no valor de R\$ 385.896.934,24, conforme demonstrado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO PARA PAGAMENTO DE DIVIDENDOS SOB A FORMA DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS

Em Reais

| Especificação | 31.12.2021 |
|---|-------------------------|
| 1. Lucro Líquido do Exercício | 1.618.492.806,82 |
| 2. Reserva Legal Constituída | (80.924.640,34) |
| 3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA | 1.225.305,52 |
| 4. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (soma dos itens 1 a 3) | 1.538.793.472,00 |
| 5. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício (R\$ 4,4678753418 por ação) | 385.896.934,24 |
| 6. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício (R\$ 4,4546182968 por ação) | 384.751.903,86 |
| 7. Dividendos sob a forma de JCP propostos no Exercício (R\$ 4,2698287994 por ação) | 368.791.364,43 |
| 8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre | 521.349,23 |
| 9. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre | 623.681,15 |
| 10. JCP líquidos imputados aos dividendos (item 7 - item 8 - item 9) R\$ 4,2565717544 por ação | 367.646.334,05 |
| 11. JCP antecipado corrigido pela Selic | 163.862.762,39 |
| 12. Valor Complementar do JCP (item 7 - item 11) R\$ 2,3726424510 por ação | 204.928.602,04 |
| 13. Dividendos propostos no Exercício (R\$ 0,1980465424 por ação) | 17.105.569,81 |
| 14. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic | 7.634.030,95 |
| 15. Valor complementar de Dividendos (item 13 - item 14) R\$ 0,1096605108 por ação | 9.471.538,86 |
| 16. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 6/ item 4) R\$ 4,4546182968 por ação – em % | 25,00 |
| 17. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 5/item 4) R\$ 4,4678753418 por ação – em % | 25,08 |

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022.

CONSELHO FISCAL

Fabiano de Figueiredo Araújo
Presidente

Fernanda Peixoto Souto
Conselheiro

Luiz Alberto da Silva Júnior
Conselheiro

INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2021, CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS LEGAL E ESTATUTÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS SOB A FORMA DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP), NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17.12.2009

1. Informar o lucro líquido do exercício
- O Lucro líquido do Exercício de 2021 foi de R\$ 1.618.492.806,82
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

| Descrição | Montante em R\$ | Valor por Ação em R\$ |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Dividendos | 17.105.569,81 | 0,1980465424 |
| Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) | 368.791.364,43 | 4,2698287994 |
| Total | 385.896.934,24 | 4,4678753418 |

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

| Descrição | Valor - R\$ | % s/Base dos Dividendos e JCP |
|--|-------------------------|-------------------------------|
| Lucro Líquido do Exercício | 1.618.492.806,82 | |
| (-) Reserva Legal | 80.924.640,34 | |
| (-) Ajustes Devedores em LPA | - | |
| (-) Reservas de Reavaliação transferidas para LPA | 1.225.305,52 | |
| (+) Ajustes Credores em LPA | - | |
| (=) Base de Cálculos dos Dividendos e JCP | 1.538.793.472,00 | |
| Valor bruto dos Dividendos e JCP pagos e a pagar | 385.896.934,24 | 25,0778900 |
| Valor dos Dividendos | 17.105.569,81 | |
| Valor bruto de JCP | 368.791.364,43 | |
| (-) Imposto de Renda na fonte sobre JCP | 1.145.030,38 | |
| Valor líquido (Dividendos + JCP líquido imputados ao Dividendo) | 384.751.903,86 | 25,0034791 |

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
- No exercício, não há distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

| Descrição (*) | Montante em R\$ | Valor por Ação -R\$ |
|--|-----------------|---------------------|
| JCP complementares do exercício | 204.928.602,04 | 2,3726424510 |
| Dividendos complementares do exercício | 9.471.538,86 | 0,1096605108 |
| Total | 214.400.140,90 | 2,4823029618 |

(*) O Capital Social do Banco é representado, na sua totalidade, por ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- Os Dividendos e JCP do exercício de 2021 serão pagos em até 18 dias úteis após a aprovação na AGO/E convocada para 28.03.2022, da seguinte forma:

- i) por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no BNB e por envio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) para conta corrente em outro Banco; sendo exigido o cadastro atualizado como pré-condição em ambas as situações;
ii) por caixa; e
iii) sobre as ações custodiadas na B3 S/A, serão pagos à B3 S/A, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

- Os Dividendos sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da variação da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
- 28.03.2022

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que:

- . As ações negociadas até 28.03.2022 farão jus aos Dividendos e JCP declarados;
e
. A partir de 29.03.2022, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio”.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Dividendo do 1º semestre/2021, sendo R\$ 7.547.427,60 sob a forma de Dividendos e R\$ 162.003.840,92 sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) totalizando: R\$ 169.551.268,52, atualizado monetariamente pela variação da Taxa SELIC, desde a data do pagamento até 31.12.2021, consoante Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, resultando R\$ 171.496.793,34.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos
- 10.11.2021

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$

| Especificação | 31.12.2021 | 31.12.2020 | 31.12.2019 | 31.12.2018(*) |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|
| Montante do Lucro Líquido | 1.618.492.806,82 | 1.019.220.605,69 | 1.736.684.877,17 | 737.017.528,16 |
| Lucro Líquido por ação | 18,74 | 11,80 | 20,11 | 8,53 |

(*) Valores reapresentados

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$

| Especificação | 31.12.2020 | 31.12.2019 | 31.12.2018 |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Montante de Dividendos | - | 84.217.937,82 | - |
| Dividendos por ação ordinária | - | 0,975066694 | - |
| Montante de JCP | 242.183.179,59 | 335.794.660,46 | 186.128.751,54 |
| JCP por ação ordinária | 2,8039721498 | 3,887796327 | 2,1549797 |

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

- **O montante destinado à Reserva Legal foi de R\$ 80.924.640,34**

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

- **A constituição da reserva legal está prevista no Estatuto Social do Banco, em conformidade com o que determina o Artigo 193, da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido até que alcance 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da Reserva Legal era de R\$ 526.411.004,70, o que equivalia a, aproximadamente, 8,4% do capital integralizado do Banco na mesma data.**

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

- **O Banco não possui ações preferenciais**

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

- **O Banco não possui ações preferenciais**

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

- **O Banco não possui ações preferenciais**

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

- **O Banco não possui ações preferenciais**

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
- O Banco não possui ações preferenciais**

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
 - **25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da Lei, para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pelo Banco;**
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
 - **O Banco está pagando integralmente o dividendo mínimo obrigatório, sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP).**
- c. Informar o montante eventualmente retido
 - **O Banco não possui dividendos retidos.**

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
 - **O Banco não possui dividendos retidos.**
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
 - **O Banco não possui dividendos retidos.**
- c. Justificar a retenção dos dividendos
 - **O Banco não possui dividendos retidos.**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
- d. Justificar a constituição da reserva
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
 - **Em consonância com a legislação, o Artigo 52 do Estatuto Social estabelece a seguinte destinação do saldo do lucro líquido, após as distribuições estatutárias:**
 - **reserva para equalização de Dividendos Complementares, com a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos, cujo valor corresponderá à aplicação do percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro remanescente, limitado a 20% do capital social; e**
 - **reserva para margem operacional, com a finalidade de assegurar margem operacional compatível com o desenvolvimento com as operações do Banco, no percentual de até 100% (cem por cento) do lucro remanescente, até o limite de 80% do capital social;**
- b. Identificar o montante destinado à reserva
 - **No exercício de 2021, foi destinado o montante de R\$ 1.152.892.489,88 para Reservas Estatutárias, sendo R\$ 288.223.122,48 para Reserva para Equalização de Dividendos Complementares e R\$ 864.669.367,40 para Reserva para Margem Operacional.**
- c. Descrever como o montante foi calculado
 - **Corresponde ao remanescente do seguinte cálculo: valor do Lucro Líquido do exercício, acrescido da Reserva de Reavaliação transferida para (LPA), e diminuído da Reserva Legal e da destinação para pagamento de Dividendos sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do exercício.**

A seguir, demonstra-se a compatibilidade com o Programa de Dispêndios Globais - PDG (no caso de Instituições Financeiras - Expansão de Operações de Crédito)

- As Reservas Estatutárias aqui propostas estão compatíveis com a programação orçamentária de expansão das operações de crédito, conforme se verifica no quadro a seguir, extraído do Programa de Dispêndios Globais – PDG do Banco, para 2022:

| RUBRICA PDG | APLICAÇÕES | PROGRAMAÇÃO PDG 2022 APROVADA |
|--------------------|--|--------------------------------------|
| 2104000000 | (+) CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 10.481.035.100,00 |
| 1100070000 | (-) AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS | (3.370.037.400,00) |
| | TOTAL | 7.110.997.700,00 |

Esclarece-se que para o cumprimento das exigências de Capital estabelecidas na Resolução CMN nº 4.193, de 01.03.2013, a constituição das Reservas é necessária para o reforço do Patrimônio de Referência (PR) do Banco, o qual suporta a

expansão da ação creditícia e o cumprimento de sua missão como agente de desenvolvimento regional.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- **Não há proposta de retenção de lucros.**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital
- **Não há proposta de retenção de lucros.**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.**
- b. Explicar a natureza da destinação
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.**

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2022

De Acordo

AÍLA Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Superintendente de Controladoria

De Acordo
(Diretoria e Conselho de Administração)

**PROPOSTA AOS ACIONISTAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E PAGAMENTO
SOB A FORMA DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO
IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS DO EXERCÍCIO DE 2021, CONSTITUIÇÃO DE
RESERVA LEGAL E RESERVA ESTATUTÁRIA**

Senhores Acionistas,

De acordo com o artigo 50, do Estatuto Social do Banco, cabe ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral a destinação do resultado do exercício social.

Segundo preceitua a Lei Nº. 6.404/76, as sociedades por ações, de capital aberto devem distribuir em cada exercício um dividendo mínimo e obrigatório equivalente a **25%** da base de cálculo ali definida, apurada a partir do ajustamento do lucro líquido contábil.

Considerando os dispositivos citados, do lucro líquido apurado em 2021, está sendo proposta a distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos dividendos do exercício, no montante bruto de **R\$ 385.896.934,24** (líquido de IR: **R\$ 384.751.903,86**), que corresponde a **25,08%** (líquido de **25,00%**) da Base de Cálculo dos Dividendos, e representa uma distribuição de R\$ 4,4678753418 (líquida de R\$ 4,4546182968) por cada ação ordinária componente do capital social, conforme demonstrativo logo a seguir.

Registre-se que essa Proposta além de atendimento aos dispositivos supracitados, guarda consonância como as premissas constantes do Plano de Capital do Banco atualizado para o período 2022 a 2026 e aprovado em 14.12.2021 pelo Conselho de Administração.

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO PARA PAGAMENTO DE DIVIDENDOS SOB A FORMA DE DIVIDENDOS E DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS

Em Reais

| Especificação | 31.12.2021 |
|--|-------------------------|
| 1. Lucro Líquido do Exercício | 1.618.492.806,82 |
| 2. Reserva Legal Constituída | (80.924.640,34) |
| 3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA | 1.225.305,52 |
| 4. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (soma dos itens 1 a 3) | 1.538.793.472,00 |
| 5. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício (R\$ 4,4678753418 por ação) | 385.896.934,24 |
| 6. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício (R\$ 4,4546182968 por ação) | 384.751.903,86 |
| 7. Dividendos sob a forma de JCP propostos no Exercício (R\$ 4,2698287994 por ação) | 368.791.364,43 |
| 8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre | |

| | |
|---|----------------|
| | 521.349,23 |
| 9. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre | 623.681,15 |
| 10. JCP líquidos imputados aos dividendos (item 7 - item 8 - item 9) R\$ 4,2565717544 por ação | 367.646.334,05 |
| 11. JCP antecipado corrigido pela Selic | 163.862.762,39 |
| 12. Valor Complementar do JCP (item 7 - item 11) R\$ 2,3726424510 por ação | 204.928.602,04 |
| 13. Dividendos propostos no Exercício (R\$ 0,1980465424 por ação) | 17.105.569,81 |
| 14. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic | 7.634.030,95 |
| 15. Valor complementar de Dividendos (item 13 - item 14) R\$ 0,1096605108 por ação | 9.471.538,86 |
| 16. Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 6/ item 4) R\$ 4,4546182968 por ação – em % | 25,00 |
| 17. Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 5/item 4) R\$ 4,4678753418 por ação – em % | 25,08 |

Assim, a proposta prevê a distribuição, no exercício, de Dividendos para pagamento sob a forma de Dividendos e de JCP totalizando um valor bruto de **R\$ 385.896.934,24** (líquido de IR: **R\$ 384.751.903,86**), que corresponde a 25,08 (líquido de 25,00%) sobre o lucro líquido ajustado, sendo **R\$ 17.105.569,81** sob a forma de Dividendos e **R\$ 368.791.364,43** sob a forma de JCP, cujo valor líquido de IR, no importe de **R\$ 367.646.334,05**, foi imputado aos Dividendos do Exercício. Registre-se que o valor dos JCP está dentro do limite de dedutibilidade permitido pela legislação fiscal.

Levando-se em conta o pagamento antecipado sob a forma de Dividendos e de JCP no primeiro semestre, atualizado monetariamente, de R\$ 171.496.793,34 (R\$ 7.634.030,95 + R\$ 163.862.762,39), o valor complementar a ser pago aos acionistas titulares das ações ordinárias componentes do Capital Social do Banco, importa em **R\$ 214.400.140,90** (líquido de IR: R\$ 213.776.459,75), sendo R\$ **9.471.538,86** sob a forma de Dividendos e R\$ **204.928.602,04** (líquido de IR: R\$ 204.304.920,89) sob a forma de JCP.

Propõe-se, ainda, de acordo com o inciso I, do art. 50, do Estatuto Social, a constituição de Reserva Legal no importe de **R\$ 80.924.640,34**, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições do artigo 193, da Lei 6.404/76.

Da mesma forma, em obediência ao artigo 52, do Estatuto Social, tendo em vista que após a distribuição do resultado do exercício remanesceu **R\$ 1.152.892.489,88**, propõe-se a constituição de Reservas Estatutárias, sendo **R\$ 288.223.122,48** para Reserva para Equalização de Dividendos Complementares e **R\$ 864.669.367,40** para Reserva para Margem Operacional, com as finalidades estabelecidas no Estatuto Social. As Reservas Estatutárias aqui propostas estão compatíveis com a programação orçamentária de expansão das operações de crédito do Banco do Nordeste, para o exercício de 2022.

Diante do exposto, a Administração do Banco do Nordeste, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias e, ouvido o Conselho Fiscal, propõe o pagamento de Dividendos sob a forma de Dividendos e de JCP do exercício, constituição de Reserva Legal e de Reservas Estatutárias conforme exposto nesta proposição.

Ressalte-se que, no período compreendido entre a data do encerramento do Balanço e a data do efetivo pagamento, os Dividendos e JCP do exercício serão atualizados

monetariamente pela variação da taxa SELIC, consoante o parágrafo 10º do artigo 50, do Estatuto Social do Banco.

Sobre o valor dos Dividendos pagos sob a forma de JCP incide imposto de renda na fonte para os acionistas não imunes ou isentos, à alíquota de 15%. De acordo com o item V da Deliberação CVM Nº. 207/96, os JCP poderão ser imputados ao dividendo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, a fim de evitar qualquer perda financeira aos referidos acionistas em virtude da mudança na sistemática de sua remuneração.

Os Dividendos e JCP serão pagos em até 18 dias úteis após a deliberação da Assembleia, da seguinte forma: por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no Banco do Nordeste e por envio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) para conta corrente em outro Banco, sendo exigido o cadastro atualizado como pré-condição em ambas as situações; por caixa; e, sobre as ações custodiadas na B3 S/A, serão pagos à B3 S/A, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que as ações negociadas até 28.03.2022 farão jus aos Dividendos e JCP declarados; e a partir de 29.03.2022, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-dividendos e ex-juros sobre o capital próprio.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2022.

De Acordo

AÍLA Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Superintendente de Controladoria

De Acordo
(Diretoria e Conselho de Administração)

A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho de Administração com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| NOME | Órgão representação |
|-----------------------------|---|
| JOSÉ GOMES DA COSTA | Banco do Nordeste - Presidente Interino |
| JOSÉ ILO ROGÉRIO DE HOLANDA | Ministério da Economia |

JOSÉ GOMES DA COSTA

Nome: José Gomes da Costa

Idade: 06/02/1965

Profissão: Bancário

CPF: 340.047.004-00

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data da eleição: 28.03.2021

Data da posse: 28.03.2021

Prazo do Mandato: Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023 ou na substituição por decisão do Conselho de Administração

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Presidente Interino do BNB S.A.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Presidente interino do Banco do Nordeste - Eleito pela 752ª Reunião CONSAD, em 17.01.2022

Formação Acadêmica

- Mestrado em Economia, com área de concentração em Comércio Exterior e Relações Internacionais - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;
- MBA em Gestão de Negócios (interrompido) Instituição: City Business School – IBMEC;
- Curso de Finanças Empresariais - Fundação Getúlio Vargas;
- Graduação em Economia - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;

Experiência Profissional

- Membro do Conselho de Administração do Banco Industrial;
- CEDEPE - Centro de Desenvolvimento Pessoal e Empresarial – Módulo de Financiamento
- Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE - Elaboração e Análises de Projetos
- Banco do Nordeste do Brasil S.A - ocupando os cargos de Gerente de Agência e Superintendente.

Certificações

- Trilha de Transformação Digital - Banco do Nordeste
- CPA-20 pela ANBIMA Assoc. Bras. das Entidades dos Mercados Financeiros
- CPA-10 pela ANBIMA Assoc. Bras. das Entidades dos Mercados Financeiros
- Trilha de Desenvolvimento Gerencial - Banco do Nordeste

Condenações: Não há.

Relações Familiares

- a. Administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

JOSÉ ILO ROGÉRIO DE HOLANDA

Nome: José Ilo Rogério de Holanda

Idade: 30.01.1963

Profissão: Economista

CPF: 202.261.793-20

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data da eleição: 28.03.2022

Data da posse:

Prazo do Mandato: Até a Assembleia Geral Ordinária de 2023

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Nihil

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Formação Acadêmica

- Mestrado – Direito - Universidade de Salamanca - Salamanca - Castillay Leon
- Especialização em Altos Estudos em Defesa – Escola Superior de Guerra/ESG - Campus Brasília
- Especialização em Comércio Exterior – Negócios Internacionais - Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRP - Recife/PE
- MBA Executivo e Finanças - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC - Fortaleza(CE)
- Especialização e Auditoria - Fundação Viscondede Cairu - Salvador - BA
- Graduação – Ciências Econômicas - Universidade de Fortaleza - UNIFOR - Fortaleza(CE)

Experiência Profissional

- Servidor público efetivo da carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle – Setembro/2009 até o presente.
- Gerente Geral - SM Fomento Comercial Ltda - Grupo SIL - Fortaleza/CE - Abr./2001 a Jan./2007
- Gerente Geral - Banco do Nordeste do Brasil S/A - Jul./1993 a Mar./2001 > Escriturário - Banco do Nordeste do Brasil S/A - Jun./1978 a Mar./2001

Certificações

- ISO 31000: 2009 -Capacitação em Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos - Administração Pública - QSP - Centro de Qualidade, Segurança e Produtividade para o Brasil e América Latina – 2017
- Língua Espanhola - Instituto Cervantes – 2014
- Curso Superior de Política e Estratégia/CSUPF – Escola Superior de Guerra/ESG – Campus Brasília

- **Condenações:** Não há.

Relações Familiares

- e. Administradores do emissor Não há
- f. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- g. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- h. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
 - b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
 - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há
-



**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

Balanço de 31 dezembro de 2021

**Em atendimento ao Art. 9º, III, Instrução Normativa Nº 481, de
17.12.2009**

Ambiente de Contabilidade

Nós, membros da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB, em atendimento às disposições da Instrução CVM Nº 480, de 7.12.2009, apresentamos na seção 10 do Formulário de Referência os aspectos relevantes do desempenho do Banco, relativamente aos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021.

10.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

QUADRO 01 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Em R\$ milhões

| Itens do Balanço Patrimonial | 31.12.2019 | 31.12.2020 | 31.12.2021 |
|--|------------|------------|------------|
| Ativos Totais | 58.631 | 61.818 | 60.302 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 3.376 | 4.381 | 4.299 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 39.690 | 38.836 | 35.355 |
| Operações de Crédito (líquido de provisões) | 9.431 | 11.677 | 14.321 |
| Outros Créditos (líquido de provisões) | 5.101 | 5.503 | 447 |
| Depósitos Totais | 12.250 | 14.922 | 13.406 |
| Obrigações Por Empréstimos e Repasses | 2.481 | 2.830 | 2.656 |
| Outras Obrigações | 30.780 | 22.599 | 27.598 |
| - Recursos do FNE (Disponibilidades) | 22.691 | 14.294 | 19.706 |
| - Provisão para Contingência | 562 | 694 | 782 |
| - Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego) | 3.430 | 3.655 | 2.976 |
| - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital | 1.551 | 1.296 | 1.290 |
| - Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital | 2.545 | 2.661 | 2.843 |
| Patrimônio Líquido | 5.427 | 6.172 | 7.479 |
| Lucro Líquido | 1.736,68 | 1.019,22 | 1.618,49 |
| Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio | 36,1% | 17,6% | 23,7% |
| Índice de Eficiência (Receita de Prestação de Serviços/Despesas Administrativas) | 52,3% | 51,1% | 49,79% |
| Índice de Basileia | 14,42% | 13,10% | 13,87% |

Detalhamento no item 10.1.h.

10.1.b. Estrutura de capital

Na posição de 31.12.2021, o Capital Social do BNB é de **R\$ 6.293,5 milhões** (R\$ 5.569,9 milhões em 31.12.2020), representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

O montante do passivo exigível, entendido como “somatório do passivo circulante e não circulante”, era de R\$ 53.203,4 milhões, R\$ 55.645,7 milhões e R\$ 52.823,0 milhões em 31/12/2019, 31/12/2020 e 31/12/2021, respectivamente. Dessa forma, o índice de endividamento, medido pela relação “passivo circulante mais não circulante sobre o patrimônio líquido” era de 9,80, 9,02 e 7,06, respectivamente.

Hipóteses de resgate - Não há hipóteses de resgate de ações de emissão do Banco, além daquelas previstas em lei.

QUADRO 02 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

| Composição em 31.12.2021 | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|---------------------|
| Acionistas | Quantidade das Ações | % do Capital |
| União Federal | 47.896.165 | 55,45 |
| FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO | 30.205.568 | 34,97 |
| BB FGO Fundo de Investimento em Ações | 6.206.000 | 7,19 |
| Outros | 2.063.731 | 2,39 |
| Total | 86.371.464 | 100,00 |

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

QUADRO 03 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Em R\$ mil

| Especificação | 31.12.2019 | 31.12.2020 | 31.12.2021 |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos de Liquidez (A) | | | |
| Disponibilidades | 168.525 | 155.045 | 136.166 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 3.376.358 | 4.381.163 | 4.299.043 |
| Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros | | | |
| Derivativos | 39.690.024 | 38.835.807 | 35.354.641 |
| Relações Interfinanceiras | 601.553 | 988.391 | 834.988 |
| Operações de Crédito | 9.431.114 | 11.676.818 | 14.320.577 |
| Outros Créditos | 1.986.750 | 2.062.064 | 446.896 |
| Total dos Ativos Financeiros | 55.254.324 | 58.099.288 | 55.392.311 |
| Passivos de liquidez (B) | | | |
| Depósitos | 12.249.854 | 14.921.683 | 13.405.991 |
| Captações no Mercado Aberto | 1.551.725 | 8.728.417 | 2.224.293 |
| Recursos de Aceites e Emissão de Títulos | 46.107 | 1.178 | 6.694 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 2.481.156 | 2.830.114 | 2.655.654 |
| Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento | 23.656.478 | 15.185.623 | 20.624.190 |
| Outros Passivos Financeiros | 9.727.836 | 10.645.263 | 4.138.471 |
| Total dos Passivos Financeiros | 49.713.156 | 52.312.278 | 43.055.293 |
| Saldos de Liquidez (A - B) | 5.541.167 | 5.787.010 | 12.337.018 |
| Índice de Liquidez (A/B) | 1,11 | 1,11 | 1,29 |

O Banco investe parcela relevante de seus recursos em títulos públicos federais, que são ativos considerados de elevada liquidez e detém posições em títulos e valores mobiliários do setor privado.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários corresponde a R\$ 35,4 bilhões (posição 31/12/2021) apresentando uma redução de R\$ 3,4 bilhões (2,2%) em relação a 31/12/2020, quando totalizava R\$ 38,8 bilhões.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é classificada, quase na sua totalidade, na categoria de Títulos Disponíveis para Venda, representando 99,1% do total, objetivando

adequar o fluxo de caixa do BNB às metas de contratação de operações de crédito, tanto do FNE, como de outras fontes, inclusive os créditos da carteira comercial, evitando que o Banco venha a apresentar problemas de liquidez quando da liberação de tais recursos para os mutuários, além de proporcionar a flexibilidade necessária para auferir ganhos no mercado financeiro por meio da eventual venda de títulos, contribuindo para o planejamento do resultado financeiro da Instituição.

10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

QUADRO 04 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Em R\$ Milhões

| Especificação | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-----------------|-----------------|------------------|
| Fontes para Capital de Giro | | | |
| Depósitos | 5.870,8 | 8.305,4 | 7.013,4 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 1.041,6 | 1.345,5 | 1.296,2 |
| Mercado Aberto, Relações Interdependências e Instrumentos Financeiros Derivativos | 1.595,8 | 8.697,1 | 2.186,2 |
| Outros (Benefícios a Empregados, FNE e outros) | 5.110,9 | 6.368,3 | 5.425,0 |
| Total das Fontes de Curto Prazo | 13.619,1 | 24.716,3 | 15.920,8 |
| Depósitos de Longo Prazo | 6.360,2 | 6.601,4 | 6.380,4 |
| Outros (FNE e outros) | 22.462,5 | 12.464,9 | 18.854,5 |
| Total das Fontes de Longo prazo | 28.822,7 | 19.066,3 | 25.234,9 |
| TOTAL | 42.441,8 | 43.782,6 | 41.155,7 |
| Fontes para Ativos Não Circulantes | | | |
| Depósitos FAT | 18,8 | 14,8 | 12,2 |
| Mercado Aberto e Instrumentos Financeiros Derivativos | 5,9 | 47,5 | 43,2 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 1.439,5 | 1.484,6 | 1.359,5 |
| Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital | 2.545,2 | 2.661,0 | 2.842,9 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital | 1.301,0 | 1.295,9 | 1.290,5 |
| Outros | 5.451,1 | 6.359,2 | 6.119,0 |
| Patrimônio Líquido | 5.427,4 | 6.172,0 | 7.479,0 |
| Total | 16.188,9 | 18.035,0 | 19.146,3 |
| Total do Passivo | 58.630,7 | 61.817,6 | 60.302,00 |

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez

A situação de liquidez do Banco é confortável tanto em relação ao financiamento para capital de giro quanto para investimentos em ativos não circulantes, conforme evidenciado nos itens 10.1.c e 10.1.d. Efetivamente, essa margem de liquidez se deve, principalmente, pelo fato de o Banco financiar parcela de seu capital de giro com recursos com prazos de exigibilidades superiores a 01 ano, representado pela elevação de obrigações de longo prazo, a exemplo das provisões para Garantias Financeiras Prestadas (FNE) e as decorrentes de benefícios pós-emprego.

Registra-se, de modo semelhante, confortável liquidez quanto ao financiamento de ativos não circulantes. Dentre as fontes de financiamento, destacam-se as obrigações, representadas por recursos estáveis provenientes dos ingressos do Tesouro para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), de contratação de Dívida Subordinada, de instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e, ainda, oriundos de outras obrigações a exemplo das provisões para benefícios pós-emprego.

Ademais, o Banco atua de maneira diligente por meio de parâmetros estabelecidos em suas políticas de tesouraria e de gestão de risco e de instrumentos de gestão, no sentido de antecipar quaisquer movimentos e cenários que possam comprimir sua posição de liquidez.

Dessa maneira, se necessário, o Banco poderá utilizar-se dos mecanismos usuais para aumento do volume dos depósitos a prazo bem como, se for o caso, realizar emissões de títulos nos mercados nacionais e internacionais, contando nesse caso com *ratings* de crédito em linha com o *rating* soberano.

Sendo assim, no Quadro 03 anterior, demonstramos uma posição confortável para cobrir as obrigações exigíveis de curto e longo prazo assumidas pelo Banco.

10.1.f. níveis de endividamento e as características das dívidas

QUADRO 05 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

| Índice | 31.12.2019 | 31.12.2020 | 31.12.2021 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Índice de Endividamento | 5,32 | 5,36 | 4,19 |

O Índice de Endividamento, representado pelo Passivo Exigível em relação ao Passivo Não Exigível, registrou um acréscimo de 2019 para 2020. Citado índice registrou um decréscimo acentuado de 2020 para 2021, explicado pelo aumento do Patrimônio Líquido, em função do lucro apurado, além da redução do Passivo Exigível.

O Banco possui os seguintes instrumentos de Capital:

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R\$ 500.000, dividido em duas parcelas de R\$ 250.000, devidamente autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 4.733, de 27.06.2019 que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. Em 2020, houve a recompra de Letras Financeiras no valor de R\$ 5.151 e em 2021 foram recomprados mais R\$ 5.400.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução CMN nº 4.679, de 31.07.2018 esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e estão sendo excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020.

Registre-se que, para efeito do cálculo do Passivo Exigível, não são considerados os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e a Dívida Subordinada Elegível a Capital.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

QUADRO 06 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em R\$ mil

| Especificação | 31.12.2019 | 31.12.2020 | 31.12.2021 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| CIRCULANTE | 1.577.711 | 1.682.482 | 1.411.693 |
| Recursos de Aceite e Emissão de Títulos | 46.107 | 1.178 | 6.694 |
| Empréstimos no Exterior | 881.557 | 904.882 | 484.885 |
| Repasses do País | 102.555 | 142.146 | 455.242 |
| Repasses do Exterior | 57.504 | 298.457 | 356.031 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital | 489.988 | 335.819 | 108.841 |
| EXIGIVEL A LONGO PRAZO | 5.285.779 | 5.441.500 | 5.492.860 |
| Repasses do País | 1.065.182 | 1.071.807 | 991.173 |
| Repasses do Exterior | 374.358 | 412.822 | 368.323 |
| Dívida Subordinada | 2.545.199 | 2.660.982 | 2.842.875 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital | 1.301.040 | 1.295.889 | 1.290.489 |
| TOTAL | 6.863.490 | 6.873.982 | 6.904.553 |

O quadro acima mostra um breve resumo, no final dos exercícios 2019, 2020 e 2021, das obrigações por empréstimos e financiamentos assumidas pelo Banco do Nordeste, além das obrigações sobre os instrumentos de capital supracitados. O Banco tem uma concentração dos vencimentos no longo prazo, o que evidencia a administração conservadora e prudencial do fluxo financeiro do Banco.

Saliente-se que o Banco do Nordeste realiza os repasses e empréstimos, no mínimo, com base nos encargos e prazos dos passivos, mantendo a exigência da prestação de garantias reais e fidejussórias, além de avais e fianças para assegurar o equilíbrio do fluxo de caixa e o ressarcimento do crédito.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Atualmente não existem outras relações significativas de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os instrumentos de Capital citados neste item 10.1.f são considerados Dívidas Subordinadas.

Os demais recursos de terceiros, compostos no quadro acima, são classificados como exigíveis, no mesmo grau de subordinação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista federal, criado pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952, tem como controlador acionário a União Federal, estando essa condição de acionista controlador preservada, consoante disposto no artigo 7º do Estatuto Social. Por se tratar de entidade da Administração Pública Federal Indireta, o Banco está sujeito aos ditames da Lei Nº 8.666, de 21.06.1993, no que tange à alienação de ativos, e do Decreto Nº 93.872, de 23.12.1986, no que toca à emissão de valores mobiliários.

10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos financiamentos contratados são utilizados conforme disposto nos respectivos instrumentos contratuais.

10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

QUADRO 07 – ATIVOS TOTAIS

| Especificação | Em R\$ milhões | | |
|---|-----------------------|-------------------|-------------------|
| | 31.12.2019 | 31.12.2020 | 31.12.2021 |
| Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM | 43.234,9 | 43.372,0 | 39.789,9 |
| Relações Interfinanceiras | 601,6 | 988,4 | 835,0 |
| Operações de Crédito (Líquido de Provisões) | 9.431,1 | 11.676,8 | 14.320,6 |
| Outros Créditos (Líquido de Provisões) | 5.100,8 | 5.503,0 | 446,9 |
| Outros Valores e Bens | 30,0 | 42,6 | 83,5 |
| Outros Ativos | 232,5 | 234,8 | 4.826,2 |
| Total | 58.630,8 | 61.817,6 | 60.302,0 |

1) ATIVOS TOTAIS - Análise 2020 em relação a 2019

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 61,8 bilhões, ao término do exercício de 2020, apresentando um acréscimo de **5,4%** em relação ao total de 2019. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (**R\$ 2,2 bilhões**) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (**R\$ 12,1 bilhões**). Cumpre pontuar, no exercício de 2020, incremento no conjunto de operações de crédito e outros créditos, observando-se, também, a manutenção dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, com pequena variação positiva (0,3%).

No que diz respeito à composição do saldo de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, houve, em comparação com o resultado de 2019, redução dos

valores de recursos disponíveis do FNE (R\$ 4,5 bilhões) e redução em recursos comprometidos (R\$ 3,9 bilhões) resultado do aumento dos desembolsos das operações contratadas. Em contrapartida, destaca-se aumento das captações no Mercado Aberto (R\$ 7,2 bilhões) e aumento em Depósito de Poupança (R\$ 1,4 bilhão). Já os saldos de operações de crédito, líquidos de provisões, tiveram aumento de R\$ 2,2 bilhões (23,8%), totalizando um saldo de R\$ 11,7 bilhões (R\$ 9,4 bilhões em dez/19), explicado pelo aumento das contratações do Crediamigo e contratações com recursos oriundos da Poupança Rural.

2) ATIVOS TOTAIS - Análise 2021 em relação a 2020

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 60,3 bilhões, ao término do exercício de 2021, apresentando um decréscimo de 2,5% em relação ao total de 2020. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (R\$ 2,7 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 17,0 bilhões). Cumpre pontuar, no exercício de 2021, incremento em operações de crédito de R\$ 2,6 bilhões (22,6%), totalizando um saldo de R\$ 14,3 bilhões (R\$ 11,7 bilhões em dez/20), explicado pelo aumento das contratações do Crediamigo, incremento no saldo de operações com recursos de repasses do FNE (Lei 7.827, Art.9ºA) e contratações com recursos oriundos da Poupança Rural. No conjunto dos Títulos e Valores Mobiliários, Aplicações Interfinanceiras e outros, houve variação negativa de R\$ 3,6 bilhões (-8,3%), explicado, em grande parte, pela diminuição do preço de mercado das NTN-B e da redução do volume de Letras Financeiras do Tesouro.

Embora tenha ocorrido uma redução no ativo total administrado, a mudança de perfil dos ativos, com elevação da carteira de crédito e redução na carteira de TVM e de Aplicações Interfinanceiras, proporcionou incremento nas margens financeiras conforme será comentado adiante no tópico de resultados.

QUADRO 08 – RECURSOS TOTAIS

| Especificação | Em R\$ milhões | | |
|---|----------------|------------|------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2021 |
| Depósitos à vista | 405,3 | 853,2 | 2.977,1 |
| Depósitos de poupança | 2.633,8 | 4.050,7 | 1.001,1 |
| Depósitos a prazo | 7.992,7 | 7.965,6 | 7.298,8 |
| . FAT | 18,8 | 14,8 | 12,2 |
| . Finor – Disponibilidades | 1.524,8 | 1.678,0 | 1.804,3 |
| . Reinvestimentos Lei No. 8.167 | 407,9 | 347,0 | 492,2 |
| . CDB e Depósitos Judiciais | 6.041,2 | 5.925,8 | 4.990,0 |
| Depósitos Interfinanceiros e Outros | 1.165,0 | 1.996,1 | 2.072,8 |
| Captações no Mercado Aberto | 1.551,7 | 8.728,4 | 2.224,3 |
| Letras Financeiras | 46,1 | 1,2 | 6,7 |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências | 3,9 | 4,4 | 4,5 |
| Obrigações por Empréstimos | 881,6 | 904,9 | 484,9 |
| . Empréstimos no Exterior | 881,6 | 904,9 | 484,9 |
| Obrigações por Repasses - Moeda Nacional | 1.167,7 | 1.214,0 | 1.446,4 |
| . BNDES e FINAME | 1.167,2 | 1.213,4 | 1.193,8 |
| . Outras Instituições | 0,5 | 0,6 | 252,6 |
| Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira | 431,9 | 711,3 | 724,4 |

| | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|
| Provisões Sociais e Estatutárias | 337,9 | 306,9 | 315,1 |
| Obrigações Fiscais e Previdenciárias | 1.351,7 | 1.611,7 | 1.754,0 |
| Recursos FNE | 22.702,6 | 14.300,6 | 19.713,6 |
| Fundo de Marinha Mercante FMM | 96,3 | 98,9 | 90,4 |
| Recursos FDNE Repasse | 662,6 | 625,3 | 581,7 |
| Outros Fundos e Programas | 195,0 | 160,8 | 238,5 |
| Provisão Para Contingência | 3.307,4 | 3.664,1 | 3.840,2 |
| . FNE (Garantias Financeiras Prestadas) | 2.748,8 | 2.974,9 | 3.057,7 |
| . Causas Trabalhistas | 334,0 | 359,3 | 393,8 |
| . Causas Cíveis e Outras | 183,5 | 232,7 | 294,9 |
| . Outros Passivos Contingentes | 41,0 | 97,2 | 93,8 |
| Pagamentos a Efetuar | 3.949,4 | 4.055,6 | 3.456,2 |
| . Benefícios a Empregados (Passivo Atuarial) | 3.430,2 | 3.655,4 | 2.975,8 |
| . Outros | 519,2 | 400,2 | 480,4 |
| Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE) | 2.545,2 | 2.661,0 | 2.842,9 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital | 1.551,0 | 1.295,9 | 1.290,5 |
| Outras Obrigações | 224,7 | 435,0 | 458,9 |
| Total das obrigações para com terceiros | 53.203,4 | 55.645,6 | 52.823,0 |
| Patrimônio Líquido | 5.427,4 | 6.172,0 | 7.479,0 |
| TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO BNB | 58.630,8 | 61.817,6 | 60.302,0 |

3) RECURSOS TOTAIS - Análise 2020 em relação a 2019

As obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de 4,6% em relação a dezembro de 2019 (R\$ 53,2 bilhões em dezembro de 2019, R\$ 55,6 bilhões ao final do exercício de 2020).

Depósitos à Vista e Poupança

Nos depósitos à vista verificou-se um incremento da ordem de 110,5%, com relação a dezembro/2019, equivalente a R\$ 447,9 milhões. Dentre outros fatores o incremento decorre de liberações de financiamentos em contas correntes nos últimos dias do mês dezembro/2020.

No que concerne aos Depósitos de Poupança, houve um incremento de 53,8%, equivalente a R\$ 1.416,9 milhões.

Cumpra pontuar que, a partir de meados do ano de 2016, observou-se uma recuperação do produto Poupança, onde os depósitos passaram a superar o volume de saques e essa situação vem se confirmando a cada ano, apesar de momentos de instabilidade macroeconômica no País, com alta do dólar e alta do índice de desemprego.

Depósitos a Prazo

As Captações a Prazo totalizaram R\$ 8,0 bilhões na posição dezembro/2020, o que representou manutenção do saldo se comparado a dezembro/2019, com incremento de R\$ 27,1 milhões, o que corresponde a uma variação de apenas 0,3%. Estas, por sua vez, se

desdobram em Depósitos do FAT, Finor, Depósitos para reinvestimentos, CDB e Depósitos Judiciais, conforme vê-se a seguir:

- a) **Depósitos do FAT** - Decresceram 21,3%, variação de R\$ 4,0 milhões. A redução foi decorrente do resultado dos reembolsos efetuados ao FAT durante o ano de 2020, que totalizaram R\$ 4,8 milhões (já incluídos os encargos) e da atualização monetária da obrigação, no montante de R\$ 0,8 milhões.
- b) **Disponibilidades do Finor** - Variaram de R\$ 1.524,8 milhões em dezembro de 2019 para R\$ 1.678,0 milhões em dezembro de 2020. O acréscimo de 10,0% (R\$ 153,2 milhões) deveu-se, principalmente, ao ingresso de recursos de incentivos fiscais, além da remuneração incidente sobre o saldo dos recursos do Fundo depositados no Banco.
- c) **Depósitos para Reinvestimentos (Lei 8.167/91)** - Registrou-se um decréscimo de 14,9% (R\$ 60,9 milhões), em função da queda de 58,8% na captação dos recursos, que findou o exercício no montante de R\$ 66,2 milhões, bem como do aumento 56,9% das devoluções dos recursos, inicialmente em atendimento à Portaria MDR nº 3.114/19, que totalizaram R\$ 69,4 milhões, e das liberações no total de R\$ 73,4 milhões, o que culminou em remuneração a menor incidente sobre o saldo dos recursos depositados, no valor de R\$ 36,7 milhões.
- d) **Certificados de Depósitos Bancários** – O saldo das captações em CDB totalizou R\$ 5,6 bilhões em dezembro de 2020, apresentando uma redução de 2,4% (R\$ 138,1 milhões) em relação ao ano anterior. O decréscimo no volume de recursos captados decorreu do aumento de resgates e vencimentos em CDB, ocorrido principalmente no último trimestre de 2020.

Depósitos Interfinanceiros

Ao final de 2020, as captações em Depósitos Interfinanceiros totalizaram R\$ 2,0 bilhões. Se comparado a dezembro/2019, observa-se aumento de 71,3% (R\$ 831,1 milhões) no volume global, decorrente de aumento nos lotes captados com os parceiros existentes. A maior representatividade na carteira é de Depósitos Interfinanceiros do Microcrédito (DIM), que correspondem a 98,8% do volume captado.

Captações no Mercado Aberto

Corresponde às captações realizadas na modalidade de Operações Compromissadas de Venda com Recompra, inclusive com os Fundos de Investimentos geridos pelo Banco, nas quais são utilizados títulos públicos como lastro das operações. Se comparado o volume de operações compromissadas passivas na posição de 31/12/2020, observa-se uma elevação de R\$ 7,2 bilhões em relação ao saldo apresentado em 31/12/2019, decorrente da utilização dessas operações como mecanismo de ajuste de liquidez do caixa do Banco.

L.C.A. (Letras de Crédito do Agronegócio)

O saldo de captações em LCA apresentou decréscimo de 97,4%, variação de R\$ 44,9 milhões, decorrente, principalmente, da não captação de recursos nessa modalidade no ano de 2020.

Obrigações por Empréstimos (no Exterior)

Os valores registrados nessa rubrica são relativos à obtenção de recursos externos (captações de trade finance) aplicados no financiamento ao comércio exterior. Na

comparação entre o final do atual exercício com o de 2019, houve aumento de 2,6% em termos percentuais, o que correspondeu a uma variação de R\$ 23,3 milhões. Essa variação foi consequência da elevada desvalorização do Real frente ao Dólar Americano ao longo do ano de 2020, pois as obrigações por empréstimo em moeda estrangeira praticamente não sofreram alteração nesse período.

Obrigações por Repasses - Moeda Nacional – BNDES e FINAME

Os recursos captados junto ao BNDES e FINAME, para efeito de contratação de operações de repasse, apresentaram acréscimo de 4,0% (R\$ 46,3 milhões), com saldo total, ao final do exercício de R\$ 1.214,0 milhões. O aumento foi decorrente do resultado dos seguintes fatos: (i) atualização monetária/capitalização de encargos, no valor de R\$ 176,6 milhões; (ii) ingressos de recursos no período, no montante de R\$ 0,1 milhão; e (iii) pagamentos efetuados à fonte durante o ano de 2020, no montante de R\$ 130,4 milhões (já incluídos os encargos).

Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira

Apresentou-se, no período, acréscimo de 64,7%, o que significou uma variação de R\$ 279,4 milhões (R\$ 711,3 milhões em dezembro/2020, contra R\$ 431,9 em dezembro/2019). O aumento foi decorrente do resultado dos seguintes fatos, preponderantemente: (i) ingressos de recursos no período, no montante de R\$ 236,1 milhões; (ii) variação cambial positiva do dólar norte-americano no período, no valor de R\$ 116,2 milhões; (iii) provisão de juros no período, no montante de R\$ 11,0 milhões; e (iv) reembolsos (principal e juros) efetuados à fonte durante o ano de 2020, no montante de R\$ 83,9 milhões.

Provisões Sociais e Estatutárias

O saldo na posição de dezembro/2020 contemplava R\$ 306,9 milhões, sendo R\$ 64,3 milhões referente à Participação nos Lucros dos Empregados (PLR) e Administradores e R\$ 242,6 milhões de provisão para pagamento de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Destes últimos, R\$ 242,2 milhões referem-se aos JCP do exercício de 2020 e R\$ 0,4 milhão de saldo remanescente de dividendos e JCP a pagar. A variação registrada em relação ao saldo apresentado em 2019 (R\$ 337,9 milhões) decorre da variação do lucro líquido apurado no 2º semestre/2019 x lucro apurado no exercício de 2020, que impacta os itens de JCP e PLR de Empregados.

Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os saldos totalizaram, na posição de 31.12.2020, o valor de **R\$ 1.611,7 milhões** (R\$ 1.351,7 milhões em 31.12.2019). Observou-se neste grupo um **aumento de R\$ 260,0 milhões** (19,2%), valendo destacar as movimentações consideradas mais relevantes:

- a) **Provisões para IRPJ e CSLL** – O saldo registrado em 31.12.2020 é de R\$ 831,7 milhões (R\$ 543,1 milhões em 31.12.2019).
- b) **Impostos e Contribuições a Recolher (IRRF, ISSQN, FGTS, Contribuição Previdenciária, IPTU, Pasep, COFINS)** - o saldo registrado em 31.12.2020 é de R\$ 107,6 milhões (R\$ 113,6 milhões em 31.12.2019). Observou-se uma redução de R\$ 6,0 milhões (5,9%), representada pelos maiores eventos, abaixo, destacados:

- i. Redução de R\$ 5,4 milhões de Pasep e Cofins. A base de cálculo é composta pela Receita Bruta, reduzida das exclusões de receitas e deduções de despesas permitidas pela legislação tributária. A variação observada é decorrente da redução da receita bruta em torno de R\$ 220 milhões; e
- ii. Redução de R\$ 0,6 milhão de movimentação de diversas rubricas de retenção na fonte.

c) Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Totalizam na posição de 31.12.2020 o valor de R\$ 672,4 milhões (R\$ 695,0 milhões em 31.12.2019). **A redução** observada do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica-IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, no valor de **R\$ 22,6 milhões** (3,3%), está representada pela redução de R\$ 78,0 milhões relativo ao IRCS sobre Ajustes a Valor de Mercado, decorrente da diminuição do valor do ajuste a mercado positivo de alguns papéis da carteira de TVM, como NTN-B; pelo aumento de R\$ 48,2 milhões decorrente da acréscimo das receitas de recuperação de crédito enquadradas na Lei nº 12.715/2012, excluídas temporariamente da tributação (tributação definitiva somente quando do efetivo recebimento); e pelo aumento de R\$ 7,2 milhões do diferimento da despesa de depreciação, em decorrência da Res. CMN nº 4.535/2016, que definiu que o Banco deve contabilizar a depreciação observando a vida útil econômica dos bens, enquanto que, para a tributação, pode continuar seguindo os prazos previstos na legislação fiscal, que são mais curtos.

Recursos FNE (Disponibilidades)

Os recursos disponíveis do FNE apresentaram uma diminuição de R\$ 8,4 bilhões, o que representou decréscimo de 37,0% em relação a dezembro/19. O perfil destes recursos também teve alteração significativa: enquanto em dezembro de 2019, 73,2% dos recursos em Caixa eram Recursos Comprometidos, em dezembro de 2020 essa rubrica detém 84,6% dos R\$ 14,3 bilhões existentes. Tal alteração foi motivada pelo aumento nas contratações de operações de crédito e pela mudança no critério de definição dos recursos comprometidos que, até o final de 2019, abrangiam os valores a desembolsar no prazo trezentos e sessenta dias, enquanto em 2020, em decorrência dos efeitos das medidas para auxiliar os empreendedores em face da pandemia do COVID-19, com impactos significativos nos reembolsos das operações de crédito e nas transferências da STN para o FNE, o critério de comprometimento de recursos do FNE foi alterado, com vigência até 31/12/2021, passando a ser considerados os desembolsos nos cento e oitenta dias posteriores à posição de balanço/balancete. Essa medida tem por objetivo manter a oferta de crédito o mais próxima possível da demanda registrada, de modo a contribuir com a minimização dos efeitos da pandemia sobre as atividades econômicas na região.

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Os recursos captados junto ao FMM apresentaram acréscimo de 2,7%, variação de R\$ 2,6 milhões (R\$ 98,9 milhões em dezembro/2020, contra R\$ 93,3 milhões em dezembro/2019). Esse aumento decorreu, basicamente, da capitalização de encargos/variação cambial positiva do dólar norte-americano no período, no montante de R\$ 16,4 milhões e do resultado dos reembolsos efetuados à fonte, que totalizaram R\$ 13,8 milhões (já incluídos os encargos).

Recursos FDNE Repasses

Os recursos captados junto ao FDNE para efeito de contratação de operações de financiamento apresentaram decréscimo de 5,6%, variação de R\$ -37,3 milhões (R\$ 625,3

milhões em dezembro/2020, contra R\$ 662,6 milhões em dezembro/2019). Essa redução decorreu basicamente do resultado dos reembolsos efetuados à fonte durante o ano de 2020, que totalizaram R\$ 47,6 milhões (já incluídos os juros); e da capitalização de encargos no período, no valor de R\$ 10,3 milhões.

Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - FNE

Comparando-se as posições dezembro/20 e dezembro/19, percebe-se acréscimo líquido de provisões para Garantias Financeiras Prestadas do FNE no valor de **R\$ 226,1 milhões (8,2%)**, por conta, principalmente, de renegociações com base na Lei 13.606/18 e gestão da carteira de crédito, em função do crescimento do saldo das operações com risco para o Banco.

Passivos Atuariais - Benefícios Pós-Emprego

Registrou-se acréscimo de 6,6% (R\$ 225,2 milhões) nos saldos de pagamentos a efetuar decorrentes de benefícios pós-emprego (R\$ 3.655,4 milhões em dezembro/20, contra R\$ 3.430,2 milhões em dezembro/19). A contabilização dessas provisões está de acordo com as regras de reconhecimento de passivos relacionados a benefícios pós-emprego, estabelecidas na Resolução nº 4.424/2015, do CMN que recepcionou o CPC 33 (R1).

As movimentações ocorridas no saldo, que explicam a mencionada variação, foram os seguintes:

- a)** reconhecimento de despesas, por conta da unidade adicional de direito ao benefício decorrente do serviço prestado pelo empregado no período corrente e dos juros líquidos, no valor de R\$ 290,9 milhões;
- b)** reversão de despesas no valor de R\$ 1,2 milhão, referente a estorno de custo do serviço corrente do plano CV I;
- c)** baixa de provisões correspondentes às contribuições aportadas pelo empregador no exercício, para os planos de previdência, saúde e seguro de vida, no valor de R\$ 129,4 milhões, e;
- d)** acréscimo no valor de R\$ 64,9 milhões na provisão, decorrente, principalmente, das perdas associadas à alteração das tábuas de mortalidade e entrada em invalidez, superiores aos ganhos financeiros oriundos dos acréscimos nas taxas de desconto atuarial.

Dívida Subordinada Elegível a Capital (FNE-2)

Em 20.07.2009, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2009/07394, aprovou o enquadramento de operação de repasse de recursos do FNE ao BNB, no montante de R\$ 600,0 milhões, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco, na categoria de dívida subordinada, ao amparo da Resolução CMN Nº 3.444/07, posteriormente revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.192/13. Em 16.06.2010, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2010/05338, o Banco Central do Brasil considerou elegível a Capital de Nível II nova operação de repasses do FNE ao BNB, no montante de R\$ 400,0 milhões.

Findo o exercício de 2020, o saldo desta rubrica apresentou elevação de 4,5%, variação de R\$ 115,8 milhões (R\$ 2.661,0 milhões em dezembro/2020, contra R\$ 2.545,2 milhões em dezembro/2019), decorrente do efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN), e dos recursos aplicados mediante liberação aos

mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Instrumentos de Dívida Elegível ao Capital Principal (IECP)

Em jan/16, foi celebrado entre o BNB e a União o Contrato de nº 001/2016/PGFN/CAF de Novação e Confissão de Dívida, no valor de **R\$ 1,0 bilhão**, o qual tornou extinto o contrato nº 592/ PGFN/CAF relativo ao Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – IHCD. Esse novo contrato atende as exigências da Resolução CMN nº 4.192/2013 para que possa ser elegível a PR Nível I, na condição de Capital Principal.

No 1º Semestre de 2019 foi realizada captação por emissão de Letras Financeiras com Cláusula de Subordinação (LFS), elegíveis a Capital Nível I, com característica de Capital Complementar, no valor de **R\$ 801,0 milhões**, autorizadas, pelo Banco Central, em 19 de julho de 2019, a compor o Patrimônio de Referência, com vigência a partir da data-base de junho de 2019.

A variação registrada de **R\$ 255,1 milhões**, no fim do exercício de 2020, é explicada pelas recompras realizadas em 2020 pelo Banco, sendo R\$ 250,0 milhões do contrato do IECP e R\$ 5,1 milhões de Letras Financeiras Subordinadas.

4) RECURSOS TOTAIS - Análise 2020 em relação a 2019

As obrigações do Banco para com terceiros registraram um decréscimo de 5,1% em relação a dezembro de 2020 (R\$ 55,6 bilhões em dezembro de 2020, R\$ 52,8 bilhões ao final do exercício de 2021).

Depósitos à Vista e Poupança

Nos depósitos à vista verificou-se um incremento da ordem de 248,9% com relação a dezembro/2020, equivalente a R\$ 2.123,9 milhões. Dentre alguns fatores geradores desse incremento, destacamos que com a desmobilização do produto Poupança Corrente, parte desses recursos permaneceram em conta corrente, além da ocorrência de liberações de financiamentos em contas correntes nos últimos dias do mês dezembro/2021.

No que concerne aos Depósitos de Poupança, houve uma redução de 75,3%, equivalente a R\$ 3.049,6 milhões.

Depósitos a Prazo

As Captações a Prazo totalizaram R\$ 7,3 bilhões na posição dezembro/2021, o que representou redução do saldo se comparado a dezembro/2020, com decréscimo de R\$ 666,8 milhões (-8,4%). Estas, por sua vez, se desdobram em Depósitos do FAT, Finor, Depósitos para reinvestimentos, CDB e Depósitos Judiciais, conforme vê-se a seguir:

- a) **Depósitos do FAT** - O saldo dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT decresceu em 17,6%, variação de R\$ 2,6 milhões. A redução verificada é decorrente do resultado entre os reembolsos efetuados ao FAT durante o ano de 2021, que totalizaram R\$ 3,2 milhões (já incluídos os encargos) e da atualização monetária da obrigação, no montante de R\$ 0,6 milhão.
- b) **Disponibilidades do Finor** - Variaram de R\$ 1.678,0 milhões em dezembro de 2020 para R\$ 1.804,3 milhões em dezembro de 2021. Acerca do acréscimo de 7,5% (R\$ 126,3 milhões) destaca-se o ingresso de recursos de incentivos fiscais, no valor de R\$

75,3 milhões, e a remuneração incidente sobre o saldo dos recursos do Fundo depositados no Banco, no montante de R\$ 72,4 milhões.

- c) **Depósitos para Reinvestimentos (Lei 8.167/91)** - Registrou-se um acréscimo de 41,8% (R\$ 145,2 milhões), em função, basicamente, do incremento de depósitos ocorridos no período, concentrados em alguns meses por depósitos individuais expressivos.
- d) **Certificados de Depósitos Bancários** - O saldo das captações em CDB totalizou R\$ 4,56 bilhões em dezembro de 2021, apresentando uma redução de 18,1% (R\$ 1.01 bilhão) em relação ao ano anterior. O decréscimo no volume de recursos captados foi decorrente da estratégia de adequação das necessidades de captação de recursos frente ao funding necessário para manutenção da carteira de crédito comercial do Banco.
- e) **Depósitos Judiciais** - Houve incremento de 21,2% (R\$ 74,8 milhões) em parte decorrente dos próprios rendimentos e dos novos aportes realizados pelo TJCE para quitação de precatórios.

Depósitos Interfinanceiros

Ao final de 2021, as captações em Depósitos Interfinanceiros totalizaram R\$ 2,07 bilhões. Se comparado a dezembro/2020, observa-se aumento de 3,8% (R\$ 76,7 milhões) no volume global, decorrente de aumento nos lotes captados com os parceiros existentes. A representatividade na carteira é de Depósitos Interfinanceiros do Microcrédito (DIM), que correspondem a 100% do volume captado.

Captações no Mercado Aberto

Correspondem às captações realizadas na modalidade de Operações Compromissadas de Venda com Recompra, inclusive com os Fundos de Investimentos geridos pelo Banco, nas quais são utilizados títulos públicos como lastro das operações. Na posição de dez/2021, as compromissadas passivas totalizaram R\$ 2,22 bilhões, apresentando uma redução de 74,5% (R\$ 6,50 bilhões) em relação ao saldo de dez/2020, decorrente da diminuição da necessidade dessas operações como mecanismo de ajuste de liquidez do caixa do Banco.

Letras Financeiras

A variação de R\$ 5,5 milhões, comparados R\$ 1,2 milhão em dezembro/2020, e R\$ 6,7 milhões, em dezembro/2021, é explicada em virtude da elevação na taxa Selic, variando de 2,75% a.a. em 2020 para 4,39% a.a. em 2021.

Obrigações por Empréstimos (no Exterior)

Os valores registrados nessa rubrica são oriundos da captação de recursos externos (captações de trade finance) para aplicação em operações de financiamento ao comércio exterior. Na comparação dos saldos no final de exercício dos anos de 2021 e 2020, observa-se a redução de R\$ 420,0 milhões no volume captado, o que correspondeu a uma variação de 46,4%. Essa redução decorreu de menor demanda por operações de financiamentos externos para exportação em 2021, diminuindo, por conseguinte, o volume das captações em linhas em moedas estrangeiras.

Obrigações por Repasses - Moeda Nacional - BNDES e FINAME

Os recursos captados junto ao BNDES, FINAME e FUNGETUR, para efeito de contratação de operações de repasse, apresentaram acréscimo de 19,1% (R\$ 232,4 milhões), cujo saldo total ao final do exercício alcançou R\$ 1.446,4 milhões. O aumento foi decorrente do resultado dos seguintes fatos: (i) ingressos de recursos no período, no montante de R\$ 250,0 milhões (FUNGETUR); (ii) atualização monetária/capitalização de encargos, no valor de R\$ 196,5 milhões; e (iii) pagamentos efetuados à fonte durante o ano de 2021, no montante de R\$ 214,1 milhões (já incluídos os encargos).

Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira

Apresentou-se, no período, acréscimo de 1,8%, o que significou uma variação de R\$ 13,1 milhões (R\$ 724,4 milhões em dezembro/2021, contra R\$ 711,3 milhões em dezembro/2020). O aumento foi decorrente do resultado dos seguintes fatos: (i) ingressos de recursos, no período, no montante de R\$ 270,4 milhões; (ii) variação cambial positiva do dólar norte-americano no período, no valor de R\$ 61,9 milhões; (iii) provisão de juros no período, no montante de R\$ 7,1 milhões; e (iv) reembolsos (principal e juros) efetuados à fonte durante o ano de 2021, no montante de R\$ 326,3 milhões.

Provisões Sociais e Estatutárias

O saldo na posição de dezembro/2021 contemplava R\$ 315,1 milhões, sendo R\$ 100,1 milhões referente à Participação nos Lucros dos Empregados e Administradores e R\$ 215,0 milhões de provisão para pagamento de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Destes últimos, R\$ 214,4 milhões referem-se aos Dividendos e JCP complementares do exercício de 2021 e R\$ 0,6 milhão de saldo remanescente de dividendos e JCP a pagar. O valor registrado decorre da variação do lucro líquido apurado no 2º semestre/2021 x lucro apurado no exercício de 2020, que impacta os itens de Dividendos, JCP e PLR de Empregados.

Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os saldos totalizaram, na posição de 31.12.2021, o valor de R\$ 1.754,0 (R\$ 1.611,7 milhões em 31.12.2020). Observou-se neste grupo um aumento de R\$ 142,3 milhões (8,8%), valendo destacar as movimentações consideradas mais relevantes:

- a) Provisões para IRPJ e CSLL - O saldo registrado em 31.12.2021 é de R\$ 1.241,1 milhões (R\$ 831,7 milhões em 31.12.2020).
- b) Impostos e Contribuições a Recolher (IRRF, ISSQN, FGTS, Contribuição Previdenciária, IPTU, Pasep, COFINS) - o saldo registrado em 31.12.2021 é de R\$ 129,2 milhões (R\$ 107,6 milhões em 31.12.2020). Observou-se um aumento de R\$ 21,6 milhões (20,0%), representada pelos maiores eventos, abaixo destacados:
 - i. Aumento de R\$ 4,4 milhões de Pasep e Cofins. A base de cálculo é composta pela Receita Bruta, reduzida das exclusões de receitas e deduções de despesas permitidas pela legislação tributária. A variação observada é decorrente do aumento da receita bruta e redução das exclusões da base de cálculo.
 - ii. Aumento de R\$ 17,2 milhões relativo às retenções sobre diversas atividades, como folha, aluguel de imóveis e obras.

c) Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos - Totalizam na posição de 31.12.2021 o valor de R\$ 383,7 milhões (R\$ 672,4 milhões em 31.12.2020). A redução observada do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor de R\$ 288.7 milhões (42,9%), está representada pelos maiores eventos, abaixo destacados:

i. Redução de R\$ 301,4 milhões relativa ao IRCS sobre Ajustes a Valor de Mercado, decorrente da diminuição do valor do ajuste a mercado positivo de alguns papéis da carteira de TVM, como NTN-B;

ii. Aumento de R\$ 7,0 milhões decorrente de acréscimo das receitas de recuperação de crédito enquadradas na Lei nº 12.715/2012, excluídas temporariamente da tributação (tributação definitiva somente quando do efetivo recebimento);

iii. Aumento de R\$ 5,7 milhões do diferimento da despesa de depreciação, em decorrência da Res. CMN nº 4.535/2016, que definiu que o Banco deve contabilizar a depreciação observando a vida útil econômica dos bens, enquanto que, para a tributação, pode-se continuar seguindo os prazos previstos na legislação fiscal, que são mais curtos.

Recursos FNE (Disponibilidades)

Conforme disposição legal os recursos do FNE temporariamente não aplicados foram remunerados pelo Banco à taxa extramercado, até 18.05.2021. A partir de 19.05.2021, por força de alteração introduzida pela Medida Provisória nº 1.052/2021, essa remuneração passou a ser apurada com base na taxa Selic. No exercício, tal remuneração foi de R\$ 817,1 milhões, volume 49,7% superior aos R\$ 546,0 milhões realizados no exercício de 2020. Esse crescimento é explicado pela elevação nos saldos das disponibilidades, de R\$ 14.293,6 milhões em 31.12.2020 para R\$ 19.706,3 em 31.12.2021, e pela substituição da taxa extramercado pela taxa SELIC, que no exercício de 2021 apresentou o acumulado de 4,4%a.a., enquanto o acumulado de 2020 alcançou 2,8%a.a.

Até abril/2021, o banco administrador faz jus à remuneração de 0,35% a.a. pela gestão dos recursos em disponibilidades, passando essa taxa a ser de 0,09% a.a., a partir de maio/2021, em razão de alteração introduzida pela Medida Provisória nº 1.052/2021 e pela Lei nº 14.227/2021. Essa receita do Banco foi de R\$ 30,5 milhões no exercício de 2021 (no exercício de 2020, alcançou R\$ 70,3 milhões).

Considerados esses dois componentes, o resultado sobre disponibilidades, no exercício de 2021, alcançou R\$ 786,6 milhões, superando em 65,4% o resultado de 2020 (R\$ 475,7 milhões).

Fundo da Marinha Mercante (FMM)

Os recursos captados junto ao FMM apresentaram decréscimo de 8,6% (R\$ 8,5 milhões). Essa redução é decorrente dos reembolsos efetuados à fonte, que totalizaram R\$ 14,3 milhões (já incluídos os encargos) e da variação cambial positiva do dólar norte-americano no período, no montante de R\$ 5,8 milhão.

Recursos FDNE Repasses

Os recursos captados junto ao FDNE para efeito de contratação de operações de financiamento apresentaram decréscimo de 7,0% (R\$ 43,6 milhões). Essa redução é decorrente dos reembolsos efetuados à fonte no semestre, que totalizaram R\$ 52,7 milhões, atenuada pela capitalização de juros, no valor de R\$ 9,1 milhões.

Provisão para Pagamentos a Efetuar

Essa rubrica engloba provisões para despesas administrativas (pessoal e outras) e para os juros incidentes sobre Instrumentos de Dívida Elegível ao Capital Principal (IECP). Em relação a este, a movimentação positiva do ano, passando de R\$ 82,6 milhões para 108,2 milhões, está relacionada à variação do índice de rentabilidade do Banco que, em 2021 foi de 21,6%, enquanto que em 2020 foi de 16,5%.

Provisão para Contingências

O total provisionado em 31/12/2020, decorrente de processos acompanhados pela Superintendência Jurídica, era de R\$ 693,6 milhões. Em 31/12/2021 o valor provisionado ficou em R\$ 782,5 milhões. Assim, houve um aumento de provisão no ano de 2021 de R\$ 88,9 milhões. As principais movimentações que ensejaram o aumento de provisão foram: Grupo Cível - constituição de provisão de aproximadamente R\$ 55,7 milhões (03 CPJs). Grupo Trabalhista - constituição de provisão de aproximadamente R\$ 18,2 milhões (02 CPJs). Grupo Outros - constituição de provisão de aproximadamente R\$ 4,0 milhões (01 CPJ). O restante do acréscimo está diluído nas demais ações cíveis, trabalhistas, fiscais e outros.

Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - FNE

Comparando-se as posições dezembro/21 e dezembro/20, percebe-se acréscimo líquido de provisões para Garantias Financeiras Prestadas do FNE no valor de R\$ 82,8 milhões (2,8%), por conta, principalmente, de renegociações com base na Lei 13.606/18 e gestão da carteira de crédito, em função do crescimento do saldo das operações com risco para o Banco.

Passivos Atuariais - Benefícios Pós-Emprego

Registrou-se decréscimo de 18,6% (R\$ 679,6 milhões) nos saldos de Passivos Atuariais decorrentes de benefícios pós-emprego (R\$ 2.975,8 milhões em dezembro/2021, contra R\$ 3.655,4 milhões em dezembro/2020). A contabilização dessas provisões está de acordo com as regras de reconhecimento de passivos relacionados a benefícios pós-emprego, estabelecidas na Resolução nº 4.877/2020, do CMN que recepcionou o CPC 33 (R1). As movimentações ocorridas no saldo, que explicam a mencionada variação, foram os seguintes:

- a) reconhecimento de despesas no valor total de R\$ 340,4 milhões, por conta da unidade adicional de direito ao benefício decorrente do serviço prestado pelo empregado no período corrente e dos juros líquidos, inclusive ajuste de contabilização efetuada a menor em dez/2020;
- b) reversão de despesas no valor de R\$ 1,2 milhão, referente a estorno de custo do serviço corrente do plano CV I;

- c) baixa de provisões no valor de R\$ 128,5 milhões correspondentes às contribuições aportadas pelo empregador no exercício, para os planos de previdência, saúde e seguro de vida; e
- d) decréscimo no valor de R\$ 890,3 milhões na provisão, decorrente principalmente dos ganhos financeiros pelos acréscimos nas taxas de desconto atuarial, considerando-se, inclusive, ajuste de contabilização efetuada a menor em dezembro de 2020, no montante de R\$ 33,0 milhões.

Dívida Subordinada Elegível a Capital (FNE-2)

Findo o exercício de 2021, o saldo desta rubrica apresentou elevação de 6,8%, variação de R\$ 181,9 milhões (R\$ 2.842,9 milhões em dezembro/2021, contra R\$ 2.661,0 milhões em dezembro/2020), decorrente do efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN), e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Instrumentos de Dívida Elegível ao Capital

A conta registra o contrato de IECP, firmado com a União Federal em janeiro de 2016, e elegível ao Capital Principal, como também a captação em Letras Financeiras com Cláusula de Subordinação

No 1º Semestre de 2019 foi realizada captação por emissão de Letras Financeiras com Cláusula de Subordinação (LFS), elegíveis a Capital Nível I, com característica de Capital Complementar, no valor de R\$ 801,0 milhões, autorizadas, pelo Banco Central, em 19 de julho de 2019, a compor o Patrimônio de Referência, com vigência a partir da data-base de junho de 2019.

Em 2020, foi registrada variação de R\$ 255,1 milhões, explicada pelas recompras realizadas em 2020 pelo Banco, sendo R\$ 250,0 milhões do contrato do IECP e R\$ 5,1 milhões de Letras Financeiras Subordinadas.

Para 2021, a variação negativa registrada, de R\$ 5,4 milhões, é explicada pela recompra de LFS realizada pelo Banco.

5) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Banco do Nordeste apresentou, em 31/12/2021, um Patrimônio Líquido de **R\$ 7,48 bilhões** (R\$ 6,17 bilhões, em 31/12/2020). O detalhe da variação ocorrida no Patrimônio Líquido está apresentado no quadro 09, a seguir:

QUADRO 09 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| Em R\$ Milhões | |
|---|----------|
| Patrimônio Líquido em 31.12.2019 | 5.427,41 |
| Lucro Líquido de 2020 | 1.019,22 |
| Ajustes de TVM (líquidos de impostos) | 17,30 |
| Ganhos ou (Perdas) Atuariais (líquidos de Impostos) | (47,10) |
| Ajustes Credores em LPA | 0,22 |
| Ajustes Devedores em LPA | (2,81) |

| | |
|---|----------|
| Provisão p/ Distribuição de JCP do exercício de 2020 | (242,25) |
| Patrimônio Líquido em 31.12.2020 | 6.171,99 |
| Lucro Líquido de 2021 | 1.618,49 |
| Ajustes de TVM (líquidos de impostos) | (416,01) |
| Ganhos ou (Perdas) Atuariais (líquidos de Impostos) | 489,63 |
| Reavaliação de ativos | 0,83 |
| Provisão p/ Distribuição de Dividendos e JCP do exercício de 2021 | (385,90) |
| Patrimônio Líquido em 31.12.2021 | 7.479,03 |

QUADRO 10 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em R\$

milhões

| Especificação | Exercício 2019 | Exercício 2020 | Exercício 2021 |
|--|------------------|-------------------|-------------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 5.489,9 | 3.946,07 | 5.004,15 |
| . Operações de Crédito | 2.701,60 | 2.341,54 | 2.693,20 |
| . Resultado de Oper. com Títulos e Valores Mobiliários | 2.548,60 | 1.040,62 | 2.174,16 |
| . Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos | 47,3 | (10,48) | 25,98 |
| . Resultado de Operações de Câmbio | 167,3 | 556,10 | 92,30 |
| . Resultado das Aplicações Compulsórias | 25,1 | 18,29 | 18,51 |
| (-) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (2.981,9) | (2.098,00) | (2.094,48) |
| . Operações de Captação no Mercado | (858,8) | (423,66) | (656,27) |
| . Operações de Empréstimos e Repasses | (1.725,00) | (1.250,54) | (1.180,27) |
| . Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (398,1) | (423,79) | (257,94) |
| (=) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 2.508,0 | 1.848,07 | 2.909,66 |
| (+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | (67,4) | (296,96) | (95,47) |
| Receitas de Prestação de Serviços | 2.628,9 | 2.746,60 | 2.642,38 |
| Rendas de Tarifas Bancárias | 98,4 | 100,48 | 124,11 |
| Despesas de Pessoal | (2.002,4) | (2.175,48) | (2.290,50) |
| Outras Despesas Administrativas | (1.286,2) | (1.357,23) | (1.539,86) |
| Despesas Tributárias | (327,0) | (354,02) | (419,49) |
| Outras Receitas Operacionais | 2.044,5 | 2.231,22 | 2.445,13 |
| Outras Despesas Operacionais | (1.223,7) | (1.488,54) | (1.057,24) |
| (=) RESULTADO OPERACIONAL | 2.440,7 | 1.551,11 | 2.814,20 |
| (+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL | (5,8) | 32,61 | 18,59 |
| (=) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES | 2.434,8 | 1.583,72 | 2.832,79 |
| (-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (592,9) | (564,50) | (1.116,22) |
| . Provisão para Imposto de Renda | (365,4) | (479,90) | (646,25) |
| . Provisão para Contribuição Social | (261,3) | (388,83) | (605,64) |
| . Ativo Fiscal Diferido | 33,8 | 366,54 | 135,66 |
| (-) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO | (105,2) | (62,32) | (98,08) |

| | | | |
|----------------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| (=) LUCRO LÍQUIDO | 1.736,7 | 1.019,22 | 1.618,49 |
|----------------------------|----------------|-----------------|-----------------|

6) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2020 em relação a 2019

O lucro líquido do exercício de 2020 importou em **R\$ 1.019,2 milhões**, montante 41,3% inferior ao apresentado em 2019 (R\$ 1.736,7 milhões). O lucro líquido por ação que em 31/12/2019 importava em **R\$ 20,11**, passou, em 31/12/2020, para **R\$ 11,80**.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, calculada sobre o saldo apresentado em 2020, foi de **16,5% a.a.** Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido Médio apresentado no final de 2020, a rentabilidade passa para **17,4% a.a.** (36,2% a.a. em 2019). A Eficiência Operacional Banco no exercício de 2020 foi de **62,2%** (nove inteiros e nove décimos pontos percentuais pior que os 52,3%, apresentados no exercício de 2019).

As **Receitas de Intermediação Financeira** ficaram 28,1% abaixo daquelas obtidas em 31/12/2019, alcançando a cifra de **R\$ 3.946,1 milhões**.

Em relação às **Despesas da Intermediação Financeira**, estas foram 29,6% menores no exercício de 2020, em comparação com o resultado de 2019, ficando em **R\$ 2.098,0 milhões**.

As receitas de prestação de serviços foram de 4,5% superiores àquelas obtidas no exercício de 2019 (**R\$ 2.746,6 milhões** em 2020, ante R\$ 2.628,9 milhões em 2019).

7) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2021 em relação a 2020

O lucro líquido do exercício de 2021 importou em **R\$ 1.618,5 milhões**, montante 58,8% superior ao apresentado em 2020 (R\$ 1.019,2 milhões). O lucro líquido por ação que em 31/12/2020 importava em **R\$ 11,80**, passou, em 31/12/2021, para **R\$ 18,74**.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, calculada sobre o saldo apresentado em 2021, foi de 21,6% a.a. (16,5% a.a. em 2020). Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido Médio apresentado no final de 2021, a rentabilidade passa para 23,7% a.a. (17,4% a.a. em 2020). A Eficiência Operacional do Banco no exercício de 2021 foi de 53,1% (nove inteiros e um décimo pontos percentuais melhor que os 62,2%, no exercício de 2020).

10.2.a. resultados das operações, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os componentes de receita e fatores importantes que afetaram materialmente os resultados operacionais são os comentados nos itens anteriores.

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Operações de Crédito

O volume de receitas de operações de crédito, no exercício de 2021, foi 15,0% superior ao apresentado em 2020. Contribuíram, decisivamente, para esse acréscimo as seguintes ocorrências:

a) As Rendas de Empréstimos, apresentaram acréscimo da ordem de 34,6% (R\$ 1.819,6 milhões em 2021, contra R\$ 1.351,7 milhões em 2020). Esse acréscimo decorreu, principalmente, em função do aumento da carteira de crédito, pela contratação e liberação de novos empréstimos, notadamente nas operações do Crediamigo, de Capital de Giro e Renegociação de Dívidas; em contrapartida, houve um decréscimo nas receitas de Contas Garantidas (Cheque Conterrâneo, Cheque Empresa Conterrâneo e Conta Empresarial Conterrâneo), de CDC e de Cartão de Crédito, em decorrência, principalmente, da redução das respectivas carteiras de crédito;

b) As Rendas de Financiamentos, de igual modo, apresentaram um acréscimo em torno de 18,9% (R\$ 256,9 milhões em 2021, contra R\$ 216,1 milhões em 2020), em função, basicamente, do incremento da carteira de crédito, pela contratação de novos financiamentos, notadamente nas operações de Repasse-Lei 7.827-At .9-A; por outro lado, houve uma redução nas rendas de operações Giro Insumo e de operações recursos do FDNE-Repasse;

c) As Rendas de Financiamentos Rurais e de Financ. Agroindustriais, também apresentaram um acréscimo da ordem de 12,17% (R\$ 294,4 milhões em 2021, contra R\$ 282,6 milhões em 2020). Esse acréscimo é explicado, principalmente, em função da contratação e da liberação de novos financiamentos, notadamente nas operações com recursos da Poupança Rural; em contrapartida, houve uma redução nas Rendas de Financiamentos Rurais-Aplicação de Recursos Livres, influenciada, principalmente, pela liquidação de operações da carteira e pelo comportamento do IGP-M, moeda que indexa as operações renegociadas pela Res. nº 2.471 e que apresentou uma variação de 17,30% em 2021, contra uma variação de 23,14% em 2020;

d) As Receitas de “Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo”, por outro lado, apresentaram um decréscimo em torno de 39,4% (R\$ 131,9 milhões em 2021, contra R\$ 217,7 milhões em 2020). Esse decréscimo é explicado, principalmente, pelo menor volume de recuperação de operações em prejuízo no ano de 2021, na comparação com o ano anterior;

e) As “Rendas de Financ. de Infraestrutura e Desenvolvimento”, de igual modo, apresentaram um decréscimo da ordem 29,6% (R\$ 188,4 milhões em 2021, contra R\$ 267,5 milhões em 2020). Essa redução decorreu, principalmente, do comportamento da variação cambial nos dois períodos analisados (6,87% em 2021, contra 28,59% em 2020); e

f) As “Rendas de Financiamentos em Moedas Estrangeiras” também apresentaram uma redução da ordem de 73,8% (R\$ 1,3 milhão em 2021, contra R\$ 4,8 milhões em 2020). Esse decréscimo decorreu, basicamente, do comportamento da variação cambial nos dois períodos analisados (6,87% em 2021, contra 28,59% em 2020).

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, no ano de 2021, foi de R\$ 2.174,2 milhões, correspondendo a um acréscimo de R\$ 1.133,6 milhões (108,9%), quando comparado ao exercício de 2020. Tal elevação decorreu, principalmente, do aumento das receitas oriundas dos estoques de LFT, NTN e de operações compromissadas. Os principais indexadores desses títulos/operações variaram

positivamente: a taxa SELIC no exercício de 2021 variou 4,39% contra 2,75% em 2020; o IPCA variou 10,06% em 2021 contra 4,51% em 2020.

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

O resultado obtido em 2020, refere-se a contratos firmados a partir de setembro, cujo diferencial a pagar foi ocasionado por uma desvalorização cambial (-3,28%, de setembro a dezembro/2020), refletindo resultado negativo de R\$ 10,5 milhões. Já em 2021, o resultado positivo de R\$ 26,0 milhões foi influenciado pela valorização cambial acumulada de 7,39%. Ocorreram também vencimentos de contratos, resultando em um diferencial a receber (receita) para o Banco de R\$ 9,4 milhões.

Resultado de Operações de Câmbio

Os lançamentos desta rubrica são compostos por encargos de operações de crédito de exportação, comissões, tarifas e correção cambial de ativos em moeda estrangeira. Em 2021 o resultado de operações de câmbio totalizou o montante de R\$ 92,3 milhões, o que representou decréscimo de 83,4% em relação ao resultado alcançado no ano anterior (R\$ 556,1 milhões). A redução observada foi influenciada, principalmente, pelo menor volume existente na rubrica relacionada com os Encargos/Receitas de Exportação, em decorrência da redução de valor contratado de exportações ao longo de 2021 e da valorização cambial acumulada menor em 2021 (7,4%) em comparação à valorização cambial observada em 2020 (28,9%).

Resultado das Aplicações Compulsórias

Comparando-se o exercício de 2021 com o imediatamente anterior, o resultado das aplicações compulsórias manteve-se em patamar semelhante, com pequena variação de R\$ 0,2 milhão. Impactou o item o incremento de R\$ 0,3 milhão em Rendas de Créditos Vinculados ao SFH, dada atualização de juros nos saldos residuais da carteira de Financiamento Imobiliário com cobertura pelo FCVS.

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição cambial limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central e pela Política Corporativa de Gestão de Riscos desta Instituição.

O descasamento cambial, marcado a mercado, é apurado diariamente e apresenta os valores do quadro abaixo.

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

QUADRO 11 – EXPOSIÇÕES CAMBIAIS

Em
R\$
mil

| Especificação | 31.12.2021 | 31.12.2020 | Especificação | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|--|-------------------|-------------------|--|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | 2.292 | 3.922 | Depósitos | - | - |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 27.830 | 106.054 | Relações Interdependências | 4.401 | 4.040 |
| Operações de Crédito | 460.224 | 497.955 | Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País | 53.697 | 63.251 |
| Outros Créditos | 486.738 | 827.621 | Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do | 724.354 | 711.278 |
| | | | Outras Obrigações | 486.033 | 907.302 |
| Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos | 977.084 | 1.435.552 | Total de Passivos em Moedas Estrangeiras | 1.268.485 | 1.685.871 |
| Operações de <i>Swap</i> | 283.095 | 226.865 | | | |
| Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras | 1.260.179 | 1.662.417 | Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras | 1.268.485 | 1.685.871 |

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

O Banco do Nordeste do Brasil S/A não tem previsão de introdução ou alienação de segmento operacional; constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10. 4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudança significativa de práticas contábeis nos últimos 3 exercícios.

10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, foram aplicados ajustes, de forma retrospectiva, somente para fins de comparabilidade, em algumas das Demonstrações Financeiras Individuais da posição de 31.12.2020, sem qualquer alteração do resultado apurado no referido exercício, conforme abaixo:

- a) Balanço Patrimonial: (i) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante: as Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos deixaram de ser destacadas, com reflexo na apresentação dos Títulos de Valores Mobiliários; e (ii) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante: a Provisão para Contingências foi reclassificada do Circulante para o Não Circulante, considerando a imprevisibilidade quanto à conclusão dos processos (cíveis, fiscais, trabalhistas e outras causas, reconhecidos como prováveis) e critérios de classificação regidos pela Resolução BCB nº 02, de 12.08.2020:

| BALANÇO PATRIMONIAL | 31.12.2020 | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|
| | Original | Ajuste | Reapresentado |
| Ativo Circulante | 18.509.420 | - | 18.509.420 |
| Instrumentos Financeiros | 18.006.500 | (94.438) | 17.912.062 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4.615.615 | (136.158) | 4.479.457 |
| Carteira Própria | 219.720 | (135.175) | 84.545 |
| Vinculados à Prestação de Garantias | 8.242 | (983) | 7.259 |
| Banco Central-Conta de Pagamento Instantâneo | 60.622 | (60.622) | - |
| Depósitos no Banco Central | 846.411 | 60.622 | 907.033 |
| Outros Créditos | 849.589 | 41.720 | 891.309 |
| Outros Ativos | 789.568 | (41.720) | 747.848 |
| Diversos | 789.568 | (41.720) | 747.848 |
| Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos | (136.158) | 136.158 | - |
| Ativo Não Circulante | 43.308.220 | - | 43.308.220 |
| Instrumentos Financeiros | 39.835.795 | (306.402) | 39.529.393 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 34.664.477 | (308.126) | 34.356.351 |
| Carteira Própria | 29.721.369 | (308.126) | 29.413.243 |
| Outros Ativos | 576.640 | (1.724) | 574.916 |
| Diversos | 603.733 | (1.724) | 602.009 |
| Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos | (308.126) | 308.126 | - |
| Total do Ativo | 61.817.640 | - | 61.817.640 |
| Passivo Circulante | 24.716.398 | (693.617) | 24.022.781 |
| Provisões | 1.820.743 | (693.617) | 1.127.126 |
| Provisão para Contingências | 693.617 | (693.617) | - |
| Passivo Não Circulante | 30.929.267 | 693.617 | 31.622.884 |
| Provisões | 5.503.191 | 693.617 | 6.196.808 |
| Provisão para Contingências | - | 693.617 | 693.617 |
| Total do Passivo | 61.817.640 | - | 61.817.640 |

- b) Demonstração do Resultado: mudança na aglutinação das contas de reversão do FNE e FDNE para Provisão para Garantias Financeiras Prestadas:

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | 31.12.2020 | | |
|---|--------------------|----------------|--------------------|
| | Original | Ajuste | Reapresentado |
| Outras Receitas Operacionais | 5.078.306 | (9.729) | 5.068.577 |
| Outras Receitas Operacionais | 281.644 | (9.729) | 271.915 |
| Outras Despesas Operacionais | (5.375.269) | 9.729 | (5.365.540) |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas | (749.813) | 9.729 | (740.084) |

- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa: (i) a primeira linha deixou de ser o Lucro Líquido e passou a ser o Lucro Antes dos Tributos e Participações; e (ii) nova forma de apresentação de itens componentes da apuração do Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento:

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 31.12.2020 | | |
|----------------------------------|------------|--------|---------------|
| | Original | Ajuste | Reapresentado |

| | | | |
|---|------------------|--------------------|------------------|
| Lucro Líquido | 1.019.221 | (1.019.221) | - |
| Lucro Antes dos Tributos e Participações | - | 1.583.717 | 1.583.717 |
| Ajuste ao Lucro | (52.669) | 54.498 | 1.829 |
| Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 312.047 | (312.047) | - |
| Ativo Fiscal Diferido | (366.544) | 366.544 | - |
| Atualização Monetária de Dividendos e JCP | 1.828 | 1 | 1.829 |
| Lucro Líquido Ajustado | 2.796.092 | 618.994 | 3.415.086 |
| Outras Obrigações | (1.249.817) | (909.990) | (2.159.807) |
| Caixa Gerado (Utilizado) pelas Atividades Operacionais | (57.901) | (290.996) | (348.897) |
| Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda | 559.516 | 312.047 | 871.563 |
| Caixa Gerado nas Atividades de Investimento | 548.466 | 312.047 | 860.513 |
| Dívida Subordinada Elegível a Capital | - | 115.782 | 115.782 |
| Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio | (95.584) | (70.405) | (165.989) |
| Pagamento de Dividendos | - | (66.428) | (66.428) |
| Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento | (588.823) | (21.051) | (609.874) |

d) Demonstração do Resultado Abrangente: inversão de sinais dos valores da Realização da Reserva de Reavaliação e do Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação:

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | 31.12.2020 | | |
|--|-----------------|--------------|-----------------|
| | Original | Ajuste | Reapresentado |
| Outros Resultados Abrangentes | (29.753) | (110) | (29.863) |
| Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado | 17.401 | (110) | 17.291 |
| Realização da Reserva de Reavaliação | 99 | (198) | (99) |
| Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação | (44) | 88 | 44 |

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos Pareceres de 12 de março de 2020 e 12 de fevereiro de 2021, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 e de 2020, respectivamente, há parágrafo de ênfase em função da reapresentação de valores das Demonstrações Financeiras de 2018 e de 2019, em obediência ao CPC nº 23, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Resolução CMN n.º 4.818, editada em 29.05.2020, consolida os critérios gerais de elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras por Instituições Financeiras e revoga dispositivos das Resoluções CMN nº 4.720, de 30.05.2019 e nº 4.776, de 29.01.2020, que tratavam do assunto. A Resolução BCB nº 02, de 12.08.2020 revogou a Circular Bacen nº 3.959, de 04.09.2019, no entanto, manteve os procedimentos originalmente estabelecidos naquela Circular que alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras Individuais até então vigentes, com destaque para a segregação do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial em Circulante e Não Circulante, mudança na forma de apresentação da Demonstração do Resultado (DR) e exigência de apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente

(DRA). Registra-se que a adoção dessas medidas não proporcionou qualquer impacto em relação aos critérios até então adotados pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN e BCB como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN e BCB, estão observados nestas Demonstrações Financeiras Individuais, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução CMN nº 4.144, de 27.09.2012);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 3.566, de 29.05.2008);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberações CVM nºs 640, de 07.10.2010, e 760, de 22.12.2016);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução CMN nº 4.534, de 24.11.2016);
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.007, de 25.08.2011);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.748, de 29.08.2019).

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada mês, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com as datas de vencimento.

d) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação, e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

A classificação em Circulante e Não Circulante dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de apuração a valor justo dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos três meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, *rating* e liquidez dos títulos, e cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado). Dessa forma, entende-se que os valores dos TVMs poderão sofrer variações significativas em decorrência de mudanças nos fatores citados.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

i) Outros Valores e Bens

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Com a Lei nº 14.183 de 14.07.2021, a CSLL foi alterada, a partir de 1º de julho de 2021, para 25%, com vigência até dezembro de 2021, o que já está sendo observado no que se refere às constituições feitas com base nas realizações previstas para 2021 de Ativo e Passivo Fiscal Diferido. Para o tributo corrente, a alteração ocorreu a partir de julho de 2021. O Pasp e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os Ativos Fiscais Diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos Fiscais Diferidos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem e são alocados, respectivamente, no Ativo e Passivo Não Circulante. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430;
- Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
- Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430) cronograma de reembolso do crédito; e
- Depreciação: apropriação da despesa de depreciação baseada na vida útil contábil, após a finalização da vida útil considerada para efeito fiscal.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

k) Investimentos, Imobilizado e intangível

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

n) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

o) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da

categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Financeiras Individuais, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido. As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

q) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

r) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

t) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Em cumprimento ao que dispõe a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, quanto aos procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras Individuais observáveis pelas Instituições Financeiras, notadamente ao Capítulo II, Art. 34, inciso V, que expõe sobre as considerações do resultado não recorrente, considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

- 10. 7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicados no item 10.6:**
- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras**
 - b. natureza e o propósito da operação**
 - c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em decorrência da operação**

Como informado no item 10.6 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados, e, como consequência, não há o que se comentar.

10. 8. Principais elementos do plano de negócios:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Com relação ao item 10.8 do formulário da CVM, item a), cumpre esclarecer que os investimentos realizados pelo Banco do Nordeste estão inseridos no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), enquadrando-se nos programas e ações detalhados a seguir:

- Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais - Ação 4106 - Manutenção da infraestrutura de atendimento

Esta ação contempla as intervenções realizadas nas unidades do Banco (prédios próprios), contemplando intervenções de reforma geral ou parcial, abrangendo os sistemas de instalações elétricas, iluminação, cabeamento estruturado, condicionamento de ar, segurança predial, instalações hidrossanitárias, acabamentos e revestimentos, coberta, áreas externas, fachadas, leiaute, mobiliário, comunicação visual e ambientação.

Foram realizadas em 2021 intervenções de pequeno, médio e grande porte em diversas Unidades do BNB, conforme se segue:

- Elaboração de projetos e execução de serviços de instalação / atualização de sistemas de proteção contra incêndio em 7 agências;
- Execução de ajustes de leiaute para criação ou ampliação dos ambientes de autoatendimento em 2 Unidades;
- Execução de obras de reforma para atendimento de necessidades gerais e específicas da infraestrutura predial em 21 Unidades;
- Elaboração de projetos e instrução de processos para licitação ou contratação de obras de reforma visado o atendimento de necessidades gerais e específicas da infraestrutura predial em 27 Unidades;
- Desenvolvimento de projetos para reforma de grande porte em 20 agências, com obras a serem iniciadas em 2022;
- Realização de Chamamento Público para realocização de Unidades através de locação no modelo *built to suit*.
 - Maracanaú CE (1º edital);
 - Juazeiro do Norte CE (1º edital);
 - Sapé PB (1º e 2º editais);
 - Capelinha MG (2º edital);
 - Salvador Comércio BA (2º edital);
 - Itapipoca CE (2º edital);
 - Porto Franco MA (2º e 3º editais).

O Banco do Nordeste conta com 292 agências e 688 unidades de microcrédito para atender os 2.074 municípios de sua área de atuação na região Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, conforme tabela a seguir:

Pontos de atendimento físico do Banco do Nordeste, Dez/2021

| UF | Agências | Unidades e postos de microcrédito urbano e rural | Total de pontos | Municípios atendidos |
|---------------------|------------|--|-----------------|----------------------|
| Alagoas | 17 | 32 | 49 | 102 |
| Bahia | 59 | 126 | 185 | 417 |
| Ceará | 45 | 165 | 210 | 184 |
| Espírito Santo | 5 | 4 | 9 | 31 |
| Maranhão | 29 | 70 | 99 | 217 |
| Minas Gerais | 19 | 42 | 61 | 249 |
| Paraíba | 20 | 53 | 73 | 223 |
| Pernambuco | 40 | 63 | 103 | 185 |
| Piauí | 20 | 58 | 78 | 224 |
| Rio Grande do Norte | 21 | 42 | 63 | 167 |
| Sergipe | 17 | 33 | 50 | 75 |
| Total | 292 | 688 | 980 | 2.074 |

- Programa 0807- Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio – Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Contempla as intervenções realizadas nos prédios da Direção Geral, não ocupados por agências.

Destacam-se nesse quesito a realização de diversos ajustes no leiaute da Direção Geral, localizada na cidade de Fortaleza (Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas - CAPGV) e demais unidades de suporte e apoio localizadas na área de atuação do Banco, resultantes de alterações na estrutura organizacional de vários órgãos, além de outras intervenções significativas, conforme se segue:

- Mudança para novas instalações no Edifício Civil Tower dos escritórios das Centrais de Crédito e Gerência Estadual do Crediamigo do estado da BA;
- Conclusão dos projetos executivos de reforma da Universidade Corporativa – CAPGV;
- Conclusão dos projetos executivos para construção do Centro de Armazenamento de Resíduos do CAPGV;
- Contratação do projeto de reforma do auditório Celso Furtado – CAPGV;
- Contratação do projeto de reforma / retrofit do acesso principal do CAPGV;
- Disponibilização de PLCs para contratação de obras de grande porte no CAPGV:
 - Manutenção da cobertura;
 - Usina de geração a diesel;
 - Acessibilidade;
 - Proteção e combate a incêndio;

- Programa 0807- Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio – Ação 4102- Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos

Esta ação corresponde aos investimentos em móveis e equipamentos, veículos e comunicações. No âmbito da Logística, contempla a disponibilização e substituição de equipamentos tais como elevadores, plataformas elevatórias, grupos geradores, no breaks, estabilizadores e sistemas de ar condicionado.

Nesse sentido foram adquiridos 473 equipamentos para sistemas de ar condicionado, com vistas à modernização do parque de equipamentos em utilização nas diversas agências do Banco, sendo todos do tipo Split. Não houve aquisição de elevadores, plataformas elevatórias, grupos geradores, no breaks e estabilizadores no período.

- Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais - Ação 3252 – Instalação de pontos de atendimento bancário

Corresponde à instalação de novas agências e pontos de atendimento. Não ocorreu instalação de novas agências em 2021.

A Superintendência de TI conduziu vários projetos de sistemas aplicativos, de infraestrutura de TI e governança, visando ampliar e aprimorar o ambiente computacional que suporta o crescimento dos negócios do Banco do Nordeste e, ainda, atender a determinações legais (*compliance*). Com isto, o BNB continua a investir na sua transformação digital, tornando-se a cada ano uma empresa mais tecnologicamente moderna. A seguir, alguns projetos de TI (ou entregas de projetos) que foram concluídos em 2021:

- **Núcleo de Rede com Solução SDN:** Ampliação da disponibilidade, capacidade e renovação do suporte técnico, incluindo novas funcionalidades de gerenciamento;
- **Nova Solução de Backup para Mainframe:** Maior disponibilidade e velocidade de gravação/recuperação de dados, com técnicas de proteção para evitar ataques e sequestros de dados, além de dispensar o uso de fitas e preparar o ambiente para nuvem pública;
- **Site Secundário:** Testes de contingência, incluindo todos os recursos computacionais e todos os sistemas em produção, com a participação de mais de 50 colaboradores;
- **Upgrade de 500% dos Links Internet:** Elevação da capacidade de tráfego da rede de Agências, empreendendo maior velocidade nos acessos aos sistemas corporativos;
- **Expansão da Capacidade de Armazenamento (Open):** Aquisição de solução de expansão do *storage* para a plataforma aberta;
- **Novo Demandas Internas:** Renovação do suporte técnico, implantação do novo sistema e atualização das categorias, com interface mais moderna, intuitiva e simples para usuários;
- **Mainframes z15:** Aquisição e instalação dos equipamentos, visando ampliação do poder computacional do Banco com 2 mainframes por Datacenter;

- **WiFi Corporativo:** Implantação de solução de acesso à internet sem fio no CAPGV, oferecendo um canal alternativo de comunicação corporativa, com maior mobilidade;
- **Automatização da Cópia de Bases de Dados:** Implementação de automatização entre perímetros mediante disparo de job, de modo a mitigar risco operacional por falha humana, imprimindo celeridade no atendimento de mudanças;
- **SPB:** Otimização do consumo de mensagens, integração com sistemas legados (em especial o S400–Cadastro), migração do BD para SQL 2019 e segregação de filas do Crediamigo, como parte do plano de modernização do SPB;
- **Segurança na Infraestrutura de TIC:** Realização de análise e correção de vulnerabilidades, visando a mitigação de riscos aos negócios e ao ambiente computacional;
- **Parâmetros Corporativos e Cliente Único:** Melhoria na qualidade dos dados cadastrais dos clientes, novo layout quanto à identificação de clientes como Pessoas Expostas Politicamente e disponibilização de informações sobre correntistas beneficiários do INSS;
- **Recursos Logísticos:** Aprimoramento do provisionamento de despesas e criação de funcionalidades como exclusão e cancelamento de atas do CODIN, histórico de validade das certidões, estorno de pagamento, cancelamento de documento fiscal, dentre outras;
- **Testes de Compliance:** Módulo Certificação de Agência, melhorando o processo executado pelas Centrais Regionais de Certificação de Conformidade e centralizando todas as fases do teste de compliance;
- **Nova Solução de Cadastro:** Disponibilização de base de dados unificada de “logins para clientes”, permitindo integração com qualquer aplicação que requeira login único, além de possibilitar que as manutenções sejam realizadas independentemente do cliente ter conta no NEL;
- **e-Financeira:** Automatização do processo de Importação, Geração e Transmissão de Eventos da obrigação acessória e-Financeira, promovendo redução de atividades manuais, além da conclusão do Módulo de Conciliação e Retificação;
- **Sistema Integrado de Auditoria:** Disponibilização no S505 do Módulo Administrativo, contemplando as funcionalidades de Elaboração de Mapa de Objeto, Gestão da Matriz de Riscos dos Objetos Mapeados e Universo Auditável Parte II;
- **Cobrança de Tarifas:** Migração para o S420-WEB com melhoria no desempenho da aplicação;
- **Avaliação de Risco Cliente:** Implantado no S253 novo módulo para avaliação das Instituições Financeiras, dashboard com o diagnóstico das avaliações pendentes e vigentes e relatórios gerenciais;
- **App BNB Agro:** Disponibilização na loja da Apple, deep link para os apps BNB Cartões e Mobile e criação de funcionalidades, como Agenda do Produtor, Renovação Planta Nordeste e Autovistoria, que permite ao cliente comprovar o uso dos recursos, por meio de captura e envio de fotos para o Banco;

- **SISTEC:** Refatoração do S610 em tecnologias react/Java com arquitetura de microsserviço, permitindo disponibilizar a solução na Intranet, Internet e Mobile;
- **Cartão BNB:** Comunicação automática para Agências sobre Aplicações de Fundo de Risco, criação do FNE Saúde, atualização da tipologia de municípios para cálculo da taxa de juros, ressarcimento de operações de investimento e novo Painel para gestão da carteira de clientes, com informações sobre restrições e limites dos clientes;
- **Correspondentes Bancários:** Disponibilização de transações de contas Poupança em terminais da rede Saque e Pague e implementação de melhorias do fluxo de depósito;
- **Avaliação e Gestão Integrada de Limites (AGIL):** Disponibilizado no sistema S625, o módulo 'Agência' que realiza o cálculo do Limite de Crédito do Cliente de forma automática para clientes do tipo Produtor Rural;
- **Controle de Cartões:** Novas rotinas no S024 para suportar a nova embossadora de cartões (Thomas Greg & Sons) e melhorias na validação de segurança dos cartões;
- **FNE:** Implantação do Módulo de Projeções, incluindo tela de parametrização, cálculo de projeções e relatórios;
- **Plataforma de Crédito Especializado:** Relatório diário do estoque para o BI de acompanhamento das solicitações de crédito e envio da "Agenda Digital" para a rede de agência, além de melhorias nas tarefas de Cliente e Agência, incluindo validação de documentos;
- **Caderno da Presidência:** Painel em formato interativo e dinâmico na Intranet/Internet com informações sobre os principais indicadores de contratação, incluindo cruzamento de informações para apoiar as tomadas de decisões;
- **BACENJUD:** Automatização do Controle de Ordens Judiciais no S432, reduzindo de 30 a 70% o número de ordens que iriam para tratamento pela Agência, liberando o efetivo para outras atividades ao reduzir a carga operacional;
- **GEPRODES (PRODETER):** Cadastro de Projetos, de Plano de Ação Territorial, de Agente Econômico e de Parceiros, Análise de Etapas, Programas e Territórios, além do Relatório de Contratações para Atividades Priorizadas e dos relatórios de Agentes Econômicos dos PATS;
- **Controle do Passivo:** Documentação e levantamento de regras no S303 referentes ao FUNGETUR (linha de crédito de Capital de Giro destinada às empresas do setor do turismo);
- **Gerenciamento da Cobrança Extrajudicial:** Disponibilização de aplicação Web com informações das empresas de cobrança e negociações realizadas, permitindo que as empresas realizem operações de Cadastro Pagamento, Parcelamento, Geração de Boleto etc;
- **SIGN/GED:** Uso de certificado por pessoas externas e e-CNPJ no GED, assinatura de documento com e-cpf via browser e disponibilização de consulta do status do instrumento de crédito no GED a ser usado pelo PCE;

- **Plano de Negócios (SEAP):** Modernização das ferramentas de apresentação de planos e projetos de financiamento para o setor rural, otimizando o processo concessão de crédito e ampliando a atuação nos canais digitais;
- **Integração do S709-LGPD com o S400:** Integração com a solução OneTrust para obter as solicitações de Direitos de Titular, relacionados à Existência, Acesso, Portabilidade e Compartilhamento de Dados, com busca de informações no S400;
- **Central de Informações:** Criação do indicador de Consulta Tarifada para apoiar validação dos custos das consultas realizadas e faturas dos serviços de órgãos externos (SERASA, CDL-SPC e SERPRO), otimizando o atesto de pagamento aos fornecedores;
- **Gestão de Risco de Mercado e Capital:** Conclusão das integrações necessárias ao novo sistema de Gestão de Riscos de Mercado e de Liquidez e conclusão das integrações necessárias ao novo sistema de Gestão de Capital e RWACPAD;
- **Saúde e Segurança do Trabalho:** Exames ocupacionais, comunicações de acidente de trabalho, acompanhamento dos riscos ocupacionais, capacitações e exercícios simulados, atualização do modelo de Atestado de Saúde Ocupacional e da Ficha de Exames Ocupacionais;
- **Concessão Automática de Acessos:** Otimização do S267 para concessão de acesso a sistemas corporativos, de acordo com a função exercida, automatizando mais de 40% das ocorrências ao dispensar abertura de demanda na Central de Orientação;
- **Infoger:** Apuração sobre Operações e Índices de Inadimplência, permitindo uso no contexto do Programa de Ação das Unidades, com recebimento dos dados de forma mais célere pelas Agências e ambiente gestor;
- **Elaboração de Contrato:** Melhorias no S706 dos atributos das minutas de contratos com recuperação automática de informações, otimizando o processo de elaboração;
- **Seguros Obrigatórios:** Disponibilização à Camed de serviço de cotação automática de seguro, contemplando envio de cotação, proposta, apólice e renovação, além das funcionalidades de cancelamento do seguro, recusa de proposta e de cotação;
- **Sistema de Gerenciamento de Tributos:** Geração automática de declarações digitais do Tributo Municipal Próprio ISSQN, melhorias nos Módulos de Apuração, Acompanhamento e Declaração e relatórios sobre cálculo e geração das declarações;
- **FIES:** Melhorias na importação e alterações dos dados das mantenedoras, permitindo inclusões de cursos a qualquer momento no semestre, facilitando o financiamento imediato tão logo seja firmada parceria com instituição de ensino;
- **Pronampe Fase 2 e 3:** Disponibilização de eventos de liquidação e de alteração de operação, incluindo relatórios Power BI e envio para o Banco do Brasil de evento de saldo devedor de operações renegociadas. Disponibilização do Módulo de Recuperação de Honra de Garantias, processamento do arquivo de movimentação financeira do FGO-Pronampe, contabilização automática dos valores recebidos em favor do BNB e cadastro da operação de Ficha de Cobertura no SIAC;

- **Controles Internos:** Melhorias nos Módulos de Produto e Agência e de Agência do S399, além de novo Relatório de Processos e possibilidade de atribuição da responsabilidade de atendimentos à Central de Desembolso;
- **Automação Bancária:** Desbloqueio de cartões enviados para a Agência nos ATMs, diminuindo o fluxo de clientes e esforço operacional na liberação de cartões. Desabilitação de Poupança Corrente na abertura de contas correntes, revisão de sistemática de tarifas, manutenção no limite de recebimento de convênio e arrecadação em espécie, solicitação de cartões sem exigência de troca de senha, integração com o Escritório Digital, atualização online da senha de cartões. Validação EMV FULL no HSM do BNB de cartões de débito com chip em Terminais de Autoatendimento da marca Perto;
- **Observatório de Dados do Nordeste:** Painel com dados do IBGE e extração e carga das bases da FIRJAN, FGV, DIEESE, BACEN, ANEEL, Ministérios da Economia, Agricultura e Comércio Exterior, para análises e tomada de decisão, apoiando, ainda, estudos e pesquisas do ETENE;
- **Data Mart de Produtos e Serviços Bancários:** Recebimento de relatórios emitidos pela embossadora e criação de relatórios sobre restrições internas de Poupança e Conta Corrente, utilizado para bloqueio automático de contas, em caso de restrições do cliente;
- **Data Mart do Jurídico e Controle de Processos:** Equalização da distribuição de processos (com o devido pagamento das cotas dos advogados), além de painéis e relatórios sobre carteiras, provisões e passivos por classificação de risco, demonstrativo dos pareceres processados por complexidade, ACJs etc;
- **Data Mart Gerenciamento de Clientes:** Criação de bônus na avaliação e apuração do resultado, criação da Base do Indicador Pontualidade e de Relatórios para o Segmento Governo, para o melhor gerenciamento das carteiras de Governo e maior eficiência com a automatização do processo;
- **Data Mart de Recuperação de Crédito:** Geração de informações do Indicador Regularização de Dívidas e disponibilização de informação de segmento no relatório de Decisões ACJ;
- **Data Mart do ETENE:** Automação da atualização das bases do Agronorte, otimizando fornecimento ao Governo e à sociedade de informações sobre a atuação do Banco ao financiar as atividades produtivas do meio rural;
- **Data Mart de Controles Internos:** Consulta em Self Service BI para recuperação de informações sobre o saldo do Mapa de Caixa e da Conta/Rubrica por unidade/agência, permitindo identificar necessidades de conciliação de diferenças;
- **SINC:** Deferimento automático de propostas de Custeio, FNE SOL, Crédito Fundiário e com fonte de recursos do FEDAF, instruídas pelas Centrais de Crédito, com valor de até R\$ 50 mil. Crítica referente às garantias das propostas, visando impedir a tramitação concessão de crédito em valor superior aos limites definidos. Disponibilização de Comitê de Crédito da Gerência Estadual do Agroamigo para tramitação das propostas. Adequação às novas regras do PRONAMPE referentes à garantia, faturamento, capital social e quantidade de empregados, prevendo, ainda, a possibilidade de contratação de operações de crédito para profissionais liberais;

- **SIEG:** Automatização de ACJ's para Fundo de Liquidez não Recompuesto. Relatório FIES Desembolso. Manutenção para o Catálogo 5.03 (SICOR). Alteração de rotina de cálculo do rateio para tratamento de multa nos acumuladores de débito; e
- **SIAC:** Transferência em lote de operações entre agências, reduzindo o trabalho operacional das agências. Expansão para todas as agências da utilização do serviço do S400 do envio de restrições de clientes do SIAC. Nova dinâmica da Teimosinha para 100 Agências, com realização de bloqueio da conta para recebimento no final do dia. Implantação de cálculo e contabilização diária dos encargos das operações rurais (exceto FNE). Alterações e ajustes para atender as novas definições do BACEN para envio de operações do SICOR. Desenvolvimento de funcionalidades para operacionalização do FGO PRONAMPE.

Cumprir registrar que a Superintendência de Tecnologia também se faz presente em diversos Projetos Estratégicos da instituição, oferecendo relevantes contribuições para o sucesso em cada uma dessas frentes no decorrer de 2021, conforme relacionado a seguir:

- **Open Banking:** Certificação da Solução Open Banking BNB junto ao OpenID. Início da Fase 2 com a implantação de 25 APIs para consentimento, contas, cadastros, cartões de crédito, empréstimos e recursos. Implantação da jornada de consentimento do cliente para autorização de compartilhamento de dados e da integração com serviço de autenticação de clientes do Internet Banking. Diagnóstico de impactos do PIX e Open Banking para o negócio do Banco e definição de ações estratégicas (consultoria Roland Berger) com a devida entrega do plano de ações para a Diretoria Executiva. Compartilhamento de dados cadastrais e transacionais 24 x 7 (entrega da Fase 2). Iniciação de pagamento via PIX chave manual (entrega da Fase 3);
- **PIX:** Implantação de Catálogo SPI 5.02.4. Atualização do certificado de Conexão e Assinatura. Migração das rotinas batch de Portabilidade e Reivindicação de Posse para o Control-M. Implantação de diversas funcionalidades, a exemplo do PIX Agendado, PIX Cobrança - QR Code Dinâmico Imediato, Senha Financeira, Módulo Web – Extrato PIX, Portabilidade, MED (Mecanismo Especial de Devolução), API PIX– Cobrança Imediata, PIX Saque e PIX Troco, Gestão de Favoritos para PIX etc. Iniciação de pagamento por Open Banking (previsto). Modernização do NEL – Parte I. Definição de novas regras de limite;
- **Plataformas Digitais Crediamigo:** Melhorias de segurança no app Cliente e novos simuladores de crédito no app do Agente. Disponibilização do Clube de Vantagens e da campanha “Quem Indica, Crediamigo É!”, que prevê a bonificação dos clientes cujos indicados efetivem o primeiro negócio com o programa Crediamigo. Renovação instantânea de proposta de crédito, permitindo ao cliente ser alertado sobre a existência de novo crédito aprovado e aguardando aceite, para obtenção do crédito de forma imediata. Abertura de contas pelo app Crediamigo, permitindo que novos clientes que estão no processo de concessão de crédito realizem todo o processo de abertura da conta corrente de forma digital, por autosserviço. Revitalização de operação prejudizada, permitindo que as operações em situação de

prejuízo sejam renegociadas com simulações de condições contratuais diferenciadas e financiamento de TAC e seguro;

- **SCR3 – BCB:** Conclusão das regras de negócios e protótipos para o módulo de Administração (menus Parâmetros e Mensagens), bem como da 2ª versão do módulo de Consulta das Dívidas dos Clientes do Banco no SCR-BCB. Conclusão dos requisitos para o desenvolvimento das aplicações. Entrega da primeira modelagem do banco de dados (SQL) do S641-Sistema de Informações de Crédito SCR-BCB. Conclusão da aplicação alternativa para consultar as dívidas dos clientes no SCR-BCB “On Line” e transformação dos arquivos “XML” em Excel;
- **SICOR:** Disponibilização da rotina de envio/correção dos desembolsos das operações de crédito para o BACEN. Correção do envio de mensagens particionadas referentes à inclusão de operações de crédito no sistema do BACEN. Disponibilização do Catálogo 5.03, que inclui novos campos e informações que alimentarão o sistema do BACEN;
- **Integra:** Lançamento da segunda versão do módulo de Renegociação Pronampe, contemplando as novas alterações da Lei 13.999/2020 e do Regulamento do Fundo de Garantia de Operações – FGO. Disponibilização de renegociação digital de operações com fonte Recin (Recursos Internos do Banco) em empreendimentos com dificuldade de reembolso, em razão da persistência dos efeitos econômicos da Pandemia Covid-19. Implementação no S611 do cálculo de operações com taxa Fixa, CDI e cálculo de operações em Lote. Implementação em produção das regras pré-definidas de cálculos no S611-SICOF para operações simplificada dos cálculos individuais (Pronaf-B, TJLP, IGP-DI e TFC);
- **Solução Recursos Humanos:** 100% dos fluxos de BPMs (workflows) e 75% das integrações do ciclo 1 especificados. Finalização dos desenvolvimentos das Integrações com o S559 – Ponto eletrônico, S056 – Viagem, S772 – Capacitação. 75% dos requisitos funcionais parametrizados e 71% dos requisitos técnicos atendidos. Correções de 16 vulnerabilidades de 29 identificadas pelo Ambiente de Segurança. Término da 2ª onda de validações das migrações de dados do legado para a solução Senior. Validação do Plano macro de implantação. Pesquisa de satisfação no ambiente de gestão de pessoas referente ao cenário atual. Treinamentos diversos, incluindo Estrutura Organizacional, Controle e Gestão de Pontos, Folha de Pagamento e Movimentação de Pessoal; e
- **SCONF:** Disponibilização para homologação no S648-SICOPE de novos serviços, a exemplo de Consulta Parâmetros de Cálculo das Operações, Consulta do Cadastro das Operações, Consulta de Inversões, Importação de Contratos / Operações Pronaf-B, dentre outros, além da disponibilização para homologação dos cadastros de atributos, mudanças no processo de autorização no cadastro das inversões e transferência de operações entre as agências. Disponibilização para homologação no S640-SICONF de melhorias no processo de controle de pendências de operações, seleção de parcelas passíveis para atraso, recebimento de retorno do cálculo (S611) e controle de parcelas, além de novas funcionalidades, como Transferência de parcela para atraso, Detalhar operação para reembolsar, Processar reembolso e Processar pendência de operações, dentre outros. Implementação no S649-SINFOR de jobs para recuperação de dados do SIAC e dos protótipos da Visão 360 do Cliente.

Outras importantes soluções estão em pleno desenvolvimento, gerando entregas parciais que já possibilitam a melhoria de processos da Instituição, o atendimento a determinações legais e o incremento dos negócios do Banco, todas relacionadas com o investimento contínuo na transformação digital da instituição. Nesse sentido, além dos já mencionados Projetos Estratégicos, podemos destacar, dentre os projetos de maior envergadura, os seguintes:

- **SAC 3.0 - Aquisição de Ferramenta Omnichannel:** Contratação de licenciamento de uso de software para Contact Center, com entradas por multicanais de atendimento (telefone, chat, redes sociais, e-mail, fale conosco, SMS, mensageiros instantâneos, fax, carta e presencial), incluindo os serviços de implantação, customização, integração da solução ao ambiente computacional do Banco do Nordeste, atualização de versões, gestão dos prazos de atendimento, treinamento, suporte técnico e assistência técnica especializada por 60 meses;
- **Novo Sistema de Gestão do Patrocínio:** Desenvolver software para apoiar a gestão dos patrocínios do BNB, desde o cadastro das propostas até o acompanhamento das contrapartidas;
- **Subst. Solução Gerenciam. de Rede e Serv. de Seg. do Crediamigo (UTM):** Substituição dos equipamentos UTMs dos postos do Crediamigo e separação lógica dos postos atualmente agregados às agências;
- **Implantação da Solução PAM (Cofre de Senha):** Solução de armazenamento e gestão de credenciais de acesso a ferramentas e sistemas (cofre de senha);
- **Contratação de Suporte Técnico Especializado em Produtos de Software:** Contratação de empresa para prestação de serviços de suporte técnico especializado em produtos de software, em tecnologias relacionadas ao ambiente computacional e ao desenvolvimento de sistemas;
- **Aquisição de Equipamentos de Terminais de Caixa:** Aquisição de periféricos (teclados PIN, leitoras de cartão etc.) para terminais de caixa;
- **Comunicações Unificadas:** Nova solução de Comunicação Unificada para renovar e integrar a telefonia IP ao MS Teams, incluindo disponibilização de solução para call center e mesas de operações financeiras;
- **Contratação de Serviços de Apoio à Governança e à Gestão da TIC:** Ampliação da capacidade operacional do Ambiente de Governança de TI, levando em conta o volume de atividades e a diversidade de especialização técnica requerida, de modo que seja assegurado o atendimento das demandas, o portfólio de serviços prestados e a tempestividade no fornecimento de informações e análises;
- **Nova Solução de Balanceamento de Carga de Links e Servidores:** Aquisição dos equipamentos para substituição dos atuais balanceadores de carga de links e aplicações F5;
- **Contratação de Nova Solução de Backup (Open):** Substituição das atuais soluções de backup em fita por novas soluções baseadas em gravação em disco;

- **Renovação de Licenças de Virtual. de Aplicações e Desktops VDI:** Contratação de solução para renovação das licenças de virtualização de aplicações (RDS/Citrix) e implementação inicial de virtualização de desktops;
- **Aquisição de Servidores Blade:** Aumento da capacidade de processamento por meio de aquisição de solução composta por 30 computadores servidores blade, fornecimento e instalação de cabeamento estruturado para as redes Local Area Network (LAN) e Storage Area Network (SAN) que interligarão os equipamentos que compõem a solução ao Datacenter do Banco, além dos serviços de planejamento, instalação, suporte técnico e assistência técnica (garantia on site);
- **Contratação de Solução Antimalware e Antispam:** Aquisição de novas licenças de antimalware e antispam;
- **Infraestrutura como Serviço (Cloud VMWare):** Renovação das licenças de virtualização de servidores VMWare e disponibilização de ambiente para Infraestrutura como Serviço (IaaS) e conseqüentemente Nuvem Privada;
- **NOC (Network Operation Center):** Modernização do Centro de Monitoramento de Ativos de TI, que monitora os ativos necessários para o funcionamento dos produtos/serviços de tecnologia da informação utilizados pelo Banco, viabilizando resposta proativa a falhas, análise preditiva de falhas, redução do impacto no negócio e aprimoramento da experiência do usuário;
- **Contratação de Serviços de Desenvolvimento de Software Ágil:** Contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas de informação, utilizando práticas ágeis; e
- **Solução de Gestão Jurídica:** Aquisição de solução para acompanhamento de processos judiciais, administrativos e serviços advocatícios terceirizados, possibilitando integração com os sites dos Tribunais, de modo que as informações relacionadas a todas as movimentações processuais sejam recuperadas automaticamente.

Por fim, vale ressaltar que o Banco do Nordeste aprovou recentemente nova estrutura e modelo de trabalho da Superintendência de Tecnologia da Informação, com o objetivo de viabilizar a organização do trabalho por times, por meio de torres especializadas em produtos ou soluções, de modo que as equipes de TI funcionem de forma mais integrada às unidades do negócio e com modelo de trabalho que favoreça a agilidade e a visão no cliente. Nesse contexto, temos que as Torres de Soluções de Negócios são unidades responsáveis por soluções contínuas de evolução e sustentação de sistemas e pela inovação alinhada à transformação digital de produtos e processos com entrega de valor e benefícios voltados aos clientes do Banco do Nordeste. Compostas por equipes multidisciplinares com perfis nativos da TI e do Negócio, as Torres de Soluções de Negócios devem trazer os seguintes benefícios:

- Avanço da agenda digital do Banco;
- Avanço em inovações tecnológicas em processos e produtos direcionados aos clientes;
- Soluções de TI que priorizam a experiência do cliente;
- TI e negócios compartilhando a criação de soluções para o cliente, propiciando celeridade e qualidade de soluções;

- Racionalização na alocação dos recursos de TI; e
- Avanço do Banco para um modelo organizacional mais flexível.

Esse novo modelo prevê que TI e áreas de negócios trabalhem de forma integrada e conjuntamente mais próximas, de forma a obter maior otimização na comunicação e envolvimento das pessoas na disponibilização de novas soluções tecnológicas, com transferência de conhecimento mais fluida entre as equipes. Portanto, as iniciativas de novos produtos de software ou evoluções e melhorias em produtos de software passam, a partir de 2022, a ser conduzidas pelas áreas de negócio nas Torres de Soluções de Negócio no modelo de gestão de produto.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados em 2021 tiveram como fonte de financiamento recursos próprios da instituição.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2021 não ocorreram desinvestimentos relevantes e não há desinvestimentos relevantes previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva

Não existem itens relevantes a serem apresentados, e, como consequência, não há o que se comentar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

O Banco do Nordeste continuamente realiza investimentos no desenvolvimento e melhoria de seus produtos e serviços.

Tendo como principal finalidade proporcionar a satisfação dos seus clientes, o Banco do Nordeste investe de forma contínua no desenvolvimento e melhoria dos seu portfólio de produtos e serviços.

O colegiado que tem a atribuição de deliberar sobre o desenvolvimento, melhoria e descontinuidade de produtos e serviços ofertados aos clientes do Banco é o Comitê de

Produtos. As áreas responsáveis pela criação e melhoria de produtos e serviços, encaminham suas propostas à análise desse Comitê, as quais são posteriormente submetidas à Diretoria Executiva. O processo de avaliação realizado pelo Comitê compreende a avaliação de mercado e a avaliação financeira sob diversos aspectos, como por exemplo: adequação às práticas de mercado, grau de atratividade e consequente adesão do cliente ao produto, viabilidade financeira, riscos de crédito, mercado e liquidez, impacto sobre os sistemas do Banco e riscos relativos à segurança da informação.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens

A consistência da base contábil do Banco é feita por meio de processos centralizados e descentralizados de conciliação dos saldos dos sistemas com os saldos contábeis.

O Banco conta com um Sistema Integrado de Contabilidade que consolida todos os lançamentos e saldos das rubricas contábeis, permitindo a consistência da base contábil e a geração dos relatórios legais e gerenciais devidamente conciliados. Os eventos contábeis são registrados por meio do sistema denominado (SEDE): Sistema de Entrada de Dados por Eventos que realiza a integração entre os diversos sistemas comerciais e administrativos do Banco com o Sistema Integrado de Contabilidade.

Além disso, são adotados procedimentos que permitem monitorar os saldos contábeis patrimoniais e de resultado, dentre os quais destacam-se:

1) Cronograma de Elaboração de documentos a serem remetidos ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e divulgados, visando garantir que todas as etapas da elaboração de demonstrações financeiras sejam devidamente cumpridas, especialmente, quando o processo ocorre de forma semiautomática.

2) Processo de identificação dos fatos contábeis mais relevantes em cada conta que compõe a apuração do resultado de cada mês, de forma antecipada ao encerramento das demonstrações financeiras, permitindo a correção de eventuais inconsistências contábeis.

3) Orientações contábeis periódicas sobre temática contábil, abrangendo regularização de ocorrências contábeis, observância do Regime de competência mensal e conciliação contábil e gerencial.

Esses instrumentos estabelecem normas, procedimentos e rotinas para elaboração e encerramento dos relatórios contábeis e gerenciais, objetivando a correta elaboração e acompanhamento das informações contábeis, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação societária e normas dos órgãos reguladores, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários. A normatização interna permite melhor disseminação das atividades e documentação dos procedimentos aplicados aos processos de registros contábeis, apuração de resultados, geração de demonstrativos legais e gerenciais.

Os procedimentos internos para elaboração dos relatórios contábeis e gerenciais são normatizados abrangendo as Normas Contábeis do Sistema Financeiro Nacional (BRGAAP) e às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS/IAS).

Orientações procedimentais sobre escrituração de fatos contábeis, manutenção e atualização do Plano de Contas, bem como registros de movimentação financeira de recursos entre as unidades do Banco e apropriação de receitas e despesas, encontram-se disciplinados nos manuais contábeis de acesso a todo o corpo funcional, definindo os objetivos e as características funcionais dos sistemas contábeis. Dispõe ainda sobre a estrutura, preenchimento, processamento e prazos para a remessa das informações periódicas aos diversos órgãos externos tais como BACEN, CVM e BNDES. Disciplina os procedimentos práticos que são observados para o correto registro contábil de atos e fatos relacionados às atividades do Banco, tais como classificação, reconhecimento, mensuração e baixa de produtos e serviços, assim como divulgação de relatórios financeiros em consonância com o Padrão Contábil Internacional-IFRS.

Os sistemas de suporte às atividades da contabilidade são: Sistema Integrado de Contabilidade; Sistema de Entrada de Dados por Eventos - SEDE; Sistema de Conciliação de Contas; e Sistema de Demonstrações Financeiras.

Dentre os objetivos do Sistema Integrado de Contabilidade destacam-se:

1. Realização da integração entre os diversos sistemas informatizados do Banco, formando uma base de dados única, com os movimentos contábeis por eles gerados, o que permite exercer o controle e gerenciamento dos recursos colocados à disposição do Banco, pelo registro dos eventos financeiros, patrimoniais e administrativos;
2. Geração da base de dados para o Sistema de Demonstrações Financeiras elaborando os demonstrativos contábeis e demais informações requeridas pelo Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários;
3. Disponibilização de saldos contábeis para o Sistema de Conciliação de Contas, base para o processo de conciliação de contas e regularização de ocorrências contábeis;
4. Gerenciamento de rubricas de caráter transitório, com acompanhamento e cobrança de pendências, contribuindo para a melhoria dos controles internos realizados;
5. Geração de dados e informações contábeis e financeiras, dentro de parâmetros confiáveis, para tomada de decisão pelos Administradores do Banco; e
6. Armazenamento e disponibilização, para consulta on-line ou via relatórios/arquivos, de partidas contábeis, fichas de escrituração, balancetes diários, balancete consolidado, relatórios de ocorrências e outros documentos da contabilidade do Banco.

Quanto ao Sistema de Entrada de Dados por Eventos, tem-se o cumprimento dos principais objetivos:

1. Centralizar as atualizações/alterações no Plano de Contas e nos esquemas contábeis utilizados na contabilização do Banco;
2. Promover a integração com os diversos sistemas do Banco para viabilizar o recebimento dos movimentos contábeis, em forma de eventos, de modo que, havendo alterações de ordem contábil, essas alterações não impliquem em manutenção nos sistemas integrados;
3. Fornecer aos administradores do BNB uma base de dados para a tomada de decisão, mediante geração de relatórios gerenciais.

Por sua vez, o Sistema de Conciliação de Contas permite a análise e adoção de providências para a consistência da base de dados da contabilidade, além da conciliação diária das diversas rubricas contábeis.

O Sistema de Demonstrações Financeiras permite, dentre outros, a geração de demonstrativos contábeis para publicações legais e envio aos órgãos de controle externo (BACEN, CVM, Receita Federal do Brasil, etc.), emissão de relatórios gerenciais para análise de variação de rubricas contábeis, consultas de saldos e demais informações que dão suporte a tomada de decisões pelos órgãos de administração e de gestão.

Destaque-se que a Auditoria Interna do Banco do Nordeste, por força do Artigo 9º, item III, § 3º, inciso II, da Lei 13.303, de 30/06/2016, realiza avaliação sistemática dos procedimentos e das regras de contabilização, conciliações, integridade das informações, geração dos informes para encaminhamento aos órgãos reguladores, demonstrações financeiras e notas explicativas, com ênfase nos riscos inerentes e aos controles mitigadores adotados pelo Banco.

DIRETORIA: José Gomes da Costa (Presidente Interino e Diretor Financeiro e de Crédito) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Haroldo Maia Junior (Diretor de Administração) — Lourival Nery dos Santos (Diretor de Controle e Risco).